

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de História, Direito e Serviço Social

Campus de Franca

ASSENTAMENTO HORTO FLORESTAL GUARANY,

NO MUNICÍPIO DE PRADÓPOLIS/SP:

UMA REAL CONQUISTA OU UMA DIFÍCIL REALIDADE ?

MEIRE LUCI DA SILVA CORREA

FRANCA

2004

MEIRE LUCI DA SILVA CORREA

**ASSENTAMENTO HORTO FLORESTAL GUARANY,
NO MUNICÍPIO DE PRADÓPOLIS/SP:
UMA REAL CONQUISTA OU UMA DIFÍCIL REALIDADE ?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, UNESP – Campus de Franca, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social, Trabalho e Sociedade.

Orientador: **Prof. Dr. Ubaldo Silveira**

FRANCA

2004

Correa, Meire Luci da Silva

Assentamento Horto Florestal Guarany, no município de Pradópolis/SP : uma real conquista ou uma difícil realidade? / Meire Luci da Silva Correa. – Franca: UNESP, 2004

Dissertação – Mestrado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP – Franca.

1.Trabalhador rural – Horto Guarany. 2.Serviço Social – Questão agrária. 3.Reforma agrária. 4.Assentamentos rurais – História – Brasil. 5.Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

CDD – 362.851

Eu formei a primeira fruta foi o maracujá. A hora que eu fiz o suco daquele maracujá, eu tinha primeiro feito o primeiro requeijão, eu sentei naquela floreira, tava sozinha. Eu comi aquele requeijão e tomei aquele suco que nem se eu tivesse tomando uma hóstia. E agradecendo a Deus e chorando e comi aquilo, eu não merecia, parecia que eu nunca ia ver aquilo mais...

(Assentada Maria Sirlei Pacor Petrucci)

Agradecimentos

Primeiro ao maior dos maiores, razão de eu estar aqui, Deus Pai, Filho e Espírito Santo e Nossa Mãe Nossa Senhora.

Ao meu marido e filhos, riqueza de minha vida.

Aos familiares e amigos que, mesmo distantes, sempre me deram força em orações, em especial, ao cunhado Helton e à amiga Isaura que comigo foram passo a passo neste mestrado.

Ao meu sempre querido Professor Doutor Walter Canoas que sempre me ensinou a estar firme diante da realidade.

Ao meu ilustríssimo e querido orientador, meu eterno professor, que conhece o equilíbrio entre viver a realidade e acreditar no impossível, de ver a justiça com os trabalhadores deste país.

A Irani, uma pessoa muito especial.

A todos os entrevistados neste trabalho.

Aos funcionários do ITESP que colaboraram com este trabalho.

A mim, pois me sinto vitoriosa. Deus sabe o quanto pude, o quanto tentei para fazer o melhor, batalhando sempre com tantos afazeres do lar e com muita fé para superar as dificuldades que encontrei no caminho.

DEDICO ESTE TRABALHO A TODOS OS
TRABALHADORES DO CAMPO, QUE SUAS
PLANTAÇÕES PRODUZAM BONS FRUTOS E, ASSIM,
TRAGAM ALEGRIA AO POVO.

Aqui não falta sol. Aqui não falta chuva
A terra faz brotar qualquer semente
Se a mão de Deus
Protege e molha o nosso chão
Por que será que tá faltando pão?
Se a natureza nunca reclamou da gente
Do corte do machado, a foice, o fogo ardente
Se nessa terra tudo que se planta dá
Que é que há, meu país?
O que é que há?
Tem alguém levando lucro
Tem alguém colhendo o fruto
Sem saber o que é plantar
Tá faltando consciência
Tá sobrando paciência
Tá faltando alguém gritar
Feito um trem desgovernado
Quem trabalha tá ferrado
Nas mãos de quem só engana
Feito mal que não tem cura
Estão levando à loucura
O país que a gente ama
O Brasil que a gente ama.

(Meu País, Zezé Di Camargo e Luciano)

RESUMO

A luta dos assentados do Horto Florestal Guarany é uma história muito bonita; plantaram a semente em solo enfraquecido, com poucas condições de terem uma produção agrícola, e mesmo assim estão produzindo e construindo um mundo novo para futuras gerações.

Enfrentam desafios, preconceito, são vistos como desrespeitadores das leis, enfrentam os poderosos, lutam, sofrem e, com o suor de seu trabalho, constroem uma história diferente.

Trabalharam a terra, adubaram, estão sempre repondo os nutrientes do solo, embaixo de sol e chuva e quantas não foram as vezes que dormiram em barracos e comeram o que havia.

Nunca perderam a esperança de que a semente desse bons frutos. Infelizmente, alguns desistiram no caminho, e os que permaneceram hoje estão colhendo o fruto e o alimento da semente que plantaram, têm moradia, respeito e dignidade, e a luta continua.

Esta dissertação mostra um aspecto da questão fundiária e agrária da realidade brasileira e evidencia a necessidade da Reforma Agrária como expressão da justiça social.

Palavras-chave: Trabalhador Rural - Horto Guarany, Serviço Social – Questão Agrária, Reforma Agrária, Assentamentos Rurais – História – Brasil, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ABSTRACT

The settled landless's struggle at *Horto Florestal Guarany* is a very beautiful story. They have planted the seed in a depleted soil, with few conditions to obtain any crop. However, they have been producing and building a new world for future generations.

They face challenges and prejudice. They are considered to be disrespectful to laws, they face the magnates, fight, suffer, break their backs writing a different story.

They have worked the land and fertilized it. They are always replacing soil nutriment, no matter sun or rain. How many times have they slept in slums and eaten only what is left?

They have never been hopeless expecting the seed to turn into the fruit. Unfortunately some have given up along the way, and those remaining today are picking the fruit from the seed they have planted, the food, their housing, respect and dignity. And the fight keeps up.

This paper displays one aspect of the agrarian problem in the Brazilian reality, making it clear that the Land Reform is very necessary as an expression of social justice.

Key words: Country Worker – *Horto Guarany*, Social Service – Agrarian Matter, Land Reform, Land Settlement - History – Brazil, Landless Workers Movement.

SIGLAS E ABREVIATURAS

CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
ET	Estatuto da Terra
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FEPASA	Ferrovia Paulista S/A
FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
ITESP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR	Imposto Territorial Rural
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PNRA	Plano Nacional da Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
TDA	Título da Dívida Agrária
UDR	União Democrática Ruralista
UFISCAR	Universidade Federal de São Carlos
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Percurso Metodológico.....	17
CAPÍTULO I – Um breve histórico da luta pela terra	21
1.Uma visão histórica e processual da propriedade de terra e dos movimentos sociais, segundo alguns autores; a Constituição Brasileira e documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	22
CAPÍTULO II – Breve histórico do Horto Florestal Guarani	40
2.1 – Fazenda da Ferrovia: breve histórico.....	41
2.2– As várias ocupações no Assentamento.....	43
2.3– Os desdobramentos das ocupações.....	45
CAPÍTULO III – Assentamento Horto Florestal Guarany no município de Pradópolis, região de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo	51
3.1– Uma história de luta.....	52
3.2 – Aspectos da luta pela conquista.....	59
3.3 – O Assentamento: o uso da terra sem sua posse.....	62
3.4– Atuação do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo).....	68
3.5– Recursos e a realidade dos assentados.....	84
Considerações finais	92
Bibliografia	96
Anexos	101
Galeria de fotos.....	102

INTRODUÇÃO

*Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a conta menor
que tiraste em vida.*

*É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio.*

*Não é cova grande
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.*

(João Cabral de Melo Neto.1994, p.41)

O interesse pela pesquisa surgiu a partir de estudos dos cadernos do ITESP que nos possibilitaram ter maior clareza em relação à causa dos sem-terra. As questões agrárias nos sensibilizaram, percebemos o quanto um assentamento pode produzir de alimento, inclusive para exportação. Outro aspecto que nos chamou a atenção foram as críticas da mídia, sempre desfavoráveis em relação aos sem-terra.

A questão agrária está ligada à área de Serviço Social na medida em que envolve o homem e a problemática do meio rural. Como não existe nenhuma intervenção desse Serviço Social nesta realidade, nossa intenção é propor elementos para a atuação desse setor.

São inúmeros os conflitos que geram morte num país em que a quantidade de terra é imensa, são 80 milhões de hectares com apenas 46 milhões de áreas plantadas, segundo dados do Atlas Nacional Brasil 2000.

É nessa perspectiva que a Reforma Agrária é reconhecida como a possível solução para inúmeros problemas como o desemprego e a miséria neste nosso país.

No ano de 2002, o nosso país teve uma superprodução de grãos, estimada em 115,2 milhões de toneladas. Segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, 50 milhões de brasileiros são miseráveis, seria necessário 1,69 milhão/mês de toneladas para acabar com a fome no Brasil.

O relator da ONU (Organização das Nações Unidas), Jean Ziegler, diz que um dos fatores do problema da fome é a concentração de terras, 2% dos proprietários detêm 48% das áreas férteis brasileiras.

No Brasil, os estabelecimentos comerciais jogam no lixo cerca de dez milhões de refeições e, no campo, são US\$ 8,4 bilhões por ano. Muitas são as causas. Na agricultura, também há muito desperdício, um exemplo é o estado de Santa Catarina, devido a problemas de armazenamento nas duas últimas safras de grãos do ano de 2002, foram perdidos R\$ 221,5 milhões em alimentos, segundo dados do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (Cepa-SC).

As perdas vão desde o plantio, o transporte, o armazenamento e chegam aos restaurantes que jogam no lixo o equivalente para alimentar 10 milhões de pessoas.

Onde será que está o problema nesse país de tantas contradições? De um lado, conflitos pela terra, fome e miséria, de outro, um vasto território para plantar, uma superprodução de grãos, que exportou mais que os Estados Unidos no

ano de 2002, como foi o caso da nossa soja, um desperdício que poderia alimentar milhões de pessoas que passam fome.

Diante dessa realidade, o serviço social tem um papel importante, ou seja, o de garantir ao ser humano, ao menos, ter consciência de seus direitos inalienáveis. Ao mesmo tempo, há instrumentos jurídicos próprios para o trabalhador rural, no entanto constatamos que, na realidade, isso não acontece.

A presente dissertação de mestrado trata de um estudo feito no Assentamento no Horto Florestal Guarany, em Pradópolis, na região de Ribeirão Preto, na tentativa de verificar quais foram suas dificuldades e seus avanços de 1992 até início 2004.

Este estudo tem como objetivo demonstrar a real conquista deste assentamento e seus desafios. Entendemos também que este será uma referência para os assistentes sociais que pretendam trabalhar a difícil realidade do meio rural.

O resgate da história nos mostra uma realidade que não conhecemos, pois, quando se fala de luta pela terra neste país, trata-se de algo muito distante; não nos é mostrado como foram lindas mas também cruéis essas lutas; podemos citar a guerra do Contestado, a guerra de Canudos e a de Formoso. Quando nos aproximamos dessas histórias e ao sabermos detalhadamente dos fatos, ficamos indignados, acham que somos malucos por dizer que o cangaço foi uma luta pela terra, porque dessas histórias antigas nos passam apenas como foram sangrentas e violentas. E assim acontece até os dias de hoje, quando os sem-terra ocupam uma área improdutiva, dizem que são baderneiros, invasores e violentos. Mas poucos estudam e se aprofundam na história, não se percebe o quanto o capitalismo tem tomado conta desse povo sofrido, como o dinheiro e o poder dominam este país.

Para tratar do trabalhador rural sem-terra, faz-se necessário tratar antes da questão agrária.

A luta pela terra, a questão do trabalhador rural e a reforma agrária estão ligadas. A ocupação dos trabalhadores rurais sem-terra muitas vezes se dá pela espera muito longa da reforma agrária. Para os autores consultados, parte dos problemas do Brasil poderia ser resolvida através da reforma agrária.

Para estudar este assentamento (Horto Florestal Guarany), foi necessário dividir o trabalho em três capítulos, sendo o primeiro um breve histórico da propriedade de terra, bem como da reforma agrária e dos movimentos sociais.

No segundo capítulo, descreveremos o histórico do Horto Florestal Guarany enquanto fazenda de eucalipto, antes de ser assentamento. Neste momento, procuramos demonstrar como este Horto que produzia dormentes para as linhas férreas se transforma em acampamento de sem-terra.

No terceiro capítulo, especificaremos o assentamento Horto Florestal Guarany, fazendo um recorte que compreende desde o ano de um mil novecentos e noventa e dois (1992) até o início do ano de dois mil e quatro (2004). Através de visitas e entrevistas foi possível constatar a realidade do local e refletir sobre ela, tentando ser fiéis as suas lutas e vitórias e, ao mesmo tempo, comungando com a esperança de dias melhores para as gerações futuras.

PERCURSO METODOLÓGICO

Diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal que, se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular.

(MINAYO, 2001.p.25)

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, tivemos a preocupação de analisar os significados e a interpretação da percepção dos pesquisados sobre o fenômeno estudado.

Para interpretá-los, partiremos do referencial teórico de Trivinos:

A pesquisa qualitativa com apoio teórico na fenomenologia é essencial, descritiva (...). Desta maneira, a interpretação dos resultados surge como totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Por isso os resultados são expressos, por exemplo, em retratos (ou descrições), em narrativas ilustradas com declarações das pessoas para dar o fundamento concreto necessário, com fotografias, etc., acompanhados de documentos pessoais, fragmentados de entrevistas etc. (1987, p.128)

Na interpretação das informações coletadas, pode surgir a exigência da busca de novos dados e o pesquisador tem sua investigação apoiada numa fundamentação teórica geral. À medida que o estudo vai se desenvolvendo, surgirá a necessidade de uma teoria mais específica, em que o pesquisador não deve se esquecer da visão ampla e complexa do real social.

Deixar de lado toda uma teoria seria utopia, mas também deixar de vivenciar os fatos reais seria desastroso para a pesquisa, que tem de ter vida, assim também o nosso trabalho de dissertação, senão como poderíamos entender todo este trabalho? Na pesquisa qualitativa, tem que haver o contato direto com o sujeito,

é necessário conhecer sua vida e sua história. Nessa metodologia de pesquisa, tem de se conhecer a realidade do sujeito, não se trata de buscar medidas estatísticas, mas dados de sua vivência.

Segundo Maria Lúcia Martinelli (org.), pesquisa qualitativa é um instigante desafio.

O importante, nesse contexto, não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa. A riqueza que isso traz para o pesquisador é muito importante, permitindo-lhe aprofundar efetivamente, na relação sujeito-sujeito, o seu objeto de análise. (1999, p.24)

Podemos aprofundar esta reflexão ainda com a visão da Martinelli:

No que se refere às pesquisas qualitativas, é indispensável ter presente que, muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa. Uma consideração importante nesse sentido é que a pesquisa qualitativa é, de modo geral, participante, nós também somos sujeitos da pesquisa. Não podemos pensar que chegamos a uma pesquisa como um “saco vazio”. Não! Temos vida, temos história, temos emoção! Não podemos pensar que, para mantermos a objetividade, devemos ocultar a emoção. Não existe vida sem emoção. O sujeito não pode ser oculto, nem o pesquisador, nem o pesquisado, ambos são saturados de história, são plenos de possibilidades! (1999, p.26)

A pesquisa qualitativa nunca é feita só para o pesquisador, seu sentido é social e deve retornar ao sujeito que deve ter informações do que foi pesquisado, por isso ela também é uma construção coletiva.

Durante toda a nossa pesquisa, sempre deixamos claros para nossos entrevistados não só a coleta de dados, como também o retorno dos mesmos para o assentamento. E nossa participação na vida dessas pessoas foi muito intensa, já

que pudemos sentir o quanto nos envolvemos com a causa dos que lutam por um pedaço de terra para sobreviver e para ter uma vida digna, e o quanto nos sensibilizamos com a vida sofrida dos sem-terra.

Pretendemos fazer um bom trabalho e marcar nossa presença como pesquisadora nesta realidade pouco conhecida.

Para a coleta de dados, foram utilizadas observações sistemáticas, visitas e contato com os assentados e usou-se a técnica do gravador e das fitas k-7.

Todas estas técnicas e métodos de Coleta e Análise de Dados exigem o que não ocorre na pesquisa quantitativa: atenção especial ao informante, ao mesmo observador e às anotações de campo. (TRIVINOS, 1990, p.138)

As entrevistas foram desenvolvidas através de questões semi-estruturadas. O questionário foi composto pela combinação de perguntas abertas e fechadas.

Segundo Trivinos,

...o pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apóia-se em técnicas e métodos que reúnem características sui generis, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações. Neste sentido, talvez sejam a entrevista semi-estruturada ..., os instrumentos mais decisivos para estudar os processos e produtos nos quais está interessado o investigador qualitativo.(1990, p.138)

As informações obtidas foram transcritas e analisadas, respeitando-se fielmente a fala dos depoentes, fizemos apenas uma limpeza nas transcrições, sem alterar o conteúdo.

Utilizamos como instrumentos, no processo de pesquisa:

- o gravador;
- a máquina fotográfica;
- os equipamentos de informática como complementos;

- a análise do material pesquisado;
- a leitura e a análise da bibliografia;
- as entrevistas foram num total de quatorze (14), sendo nove (9) com os assentados; três (3) com técnicos do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo); e com ex-funcionários aposentados da Fepasa (Ferrovia Paulista S/A);
- a Internet foi utilizada como instrumento de estudo, de consulta a órgãos públicos ITESP, INCRA, e a arquivos de instituições tais como o Ministério da Reforma Agrária, a Secretaria da Agricultura, o MST e outros.

CAPÍTULO I

UM BREVE HISTÓRICO DA LUTA PELA TERRA

1. – Uma visão histórica e processual da propriedade de terra e dos movimentos sociais, segundo alguns autores, a Constituição Brasileira e documentos da CNBB¹.

Ao falarmos do trabalhador rural e sua luta pela terra, precisamos resgatar um pouco da história da propriedade de terra. Baseando-nos em autores consultados, pudemos perceber o quanto o capitalismo tem impedido que muitos trabalhadores tenham seu pedaço de terra para plantar e colher o fruto de seu trabalho.

José Eli da Veiga vem nos mostrar muito a questão da reforma agrária. O líder do Movimento dos Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile, retrata a história da propriedade de terra em cinco grandes momentos históricos. Já o sociólogo, José de Souza Martins, que, no meio intelectual, sempre se preocupou com a questão da terra, vai além de alguns momentos históricos e chega às raízes dessa luta e resgata toda a história do passado com suas guerras pela luta da terra em nosso país. Cita várias dessas guerras que foram história, mas, esquecidas tanto nos meios acadêmicos como nas escolas, fazem com que a nossa história vá se perdendo com o tempo.

Na questão da terra, os assentamentos rurais no Brasil se configuram como um novo espaço conquistado pelos movimentos sociais de luta pela terra. Essa luta é antiga, por isso nos remete a abril de 1500, quando a frota de Pedro Álvares Cabral se aportou nestas terras que já pertenciam a Portugal, por força do Tratado de Tordesilhas². Esse tratado é o resultado das discussões entre as cortes

¹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Igreja e problemas da terra – Documento aprovado pela 18ª Assembléia da CNBB, Itaici, 14 de fevereiro de 1980.

² Tratado de Tordesilhas: Tratado assinado em 07 de junho de 1494, foi um acordo realizado entre a Espanha e Portugal para a demarcação de seus respectivos domínios coloniais recém-descobertos no mundo; fez-se necessário a partir da descoberta das novas terras da América, realizada por Cristóvão Colombo em 1492. Fonte: Enciclopédia Digital Máster On-line, 02.10.2004.

de Portugal e da Espanha sobre a propriedade dos territórios descobertos pela esquadra de Cristóvão Colombo em 1492. Desde 1530, o problema fundiário se inicia com a criação das capitanias hereditárias³, sistema de sesmarias⁴, pelo qual a Coroa distribuía grandes glebas para quem se dispusesse a cultivá-las, dando em troca um sexto da produção. Por ocasião da Independência em 1822, já havia conflitos pela posse de terra e muita violência, de um lado, os escravos e do outro, o grileiro⁵, apoiado por bandos fortemente armados.

O tempo passou, mas os litígios pela posse e uso dessas terras ainda estão presentes em nossa realidade. No século XIX, a sociedade brasileira era escravocrata, extremamente conservadora e, somente com a chegada dos imigrantes, é que começaram a surgir as pequenas propriedades rurais.

No livro do sociólogo José de Souza Martins, *Os camponeses e a política no Brasil*, o camponês, por não ter uma definição do que realmente é e de onde está, se torna um excluído, como se fosse um estranho; essa exclusão se dá pelo fato de não existir um conceito de uma categoria que defina sua participação na sociedade.

...O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloqüente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado. Essa exclusão ideológica é tão profunda, tão radical, que alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história

³Capitanias Hereditárias: divisão do Brasil feita por D.João III, realizada entre 1534 e 1536, constando de 14 capitanias, 15 lotes, doados a 12 donatários (Martim Afonso ficou com dois lotes e seu irmão Pero Lopes de Souza, com três). As Capitanias Hereditárias desapareceram em 1759.

⁴Sesmarias, S.f.1.Terra inculta ou abandonada.2.Lote de terra inculta ou abandonada, que os reis de Portugal cediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-lo.3.Brasil, antiga medida agrária, ainda hoje usada no RS, para áreas de campo de criação.[Havia a sesmaria do campo (que perdura) e a sesmaria do mato. A légua de sesmaria tem 3.000 braças, ou 6.600 metros.]

⁵Grileiro,S.m.Brás.,RJ,SP,GO e MT. Indivíduo que procura apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade.Comenta-se, através do senso popular, que a origem da palavra vem da colocação de uma escritura em uma gaveta com um inseto, o grilo.

contemporânea do Brasil são camponeses e, não obstante, desconhecidos não só da imensa massa do povo, como também dos intelectuais, exceção feita a este ou àquele que por razões profissionais se vê obrigado a saber de certas coisas. Na cabeça de muita gente fina da Universidade, da Igreja, da intelectualidade esclarecida, estão ausentes esses acontecimentos. (MARTINS,1995, pp.25-6)

A história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e de rebeldes. (MARTINS,1995, p.26).

Partindo desse pressuposto, podemos perceber que nas escolas pouco se ensina sobre as histórias das lutas dos trabalhadores, não estudamos a Guerra do Contestado com um saldo de três mil mortos em 1912, que aconteceu no Paraná, e em Santa Catarina, e no estado de São Paulo não se conta essa história e muitas outras. Quando lemos ou assistimos a uma apresentação sobre elas, a emoção toma conta de nós.

Martins define que para compreender as formas de campesinato desenvolvidas no Brasil no período Colonial e esta exclusão do camponês do social, do econômico e do político, é preciso entender que todo o início da luta pela terra teve o trabalho escravo em primeiro plano e depois a forma de propriedade da terra que também remonta à escravidão.

O camponês era, portanto, duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial. Essa exclusão, portanto, das relações de propriedade, não o excluía da propriedade. Ele viveu, durante todo o tempo do escravismo, essa contradição maior representada pelo escravo numa economia capitalista de produção escravista de mercadorias. (MARTINS, 1995, p.38)

Enganam-se os que pensam que as lutas camponesas tiveram início com a Guerra do Contestado no Paraná e Santa Catarina (1912-1916), e no Sertão de

Canudos, na Bahia (1893-1897). Mais tarde, em 1888, teve início a abolição da Escravatura Negra.

As lutas camponesas coincidiram com o fim do Império e o começo da República. Outro dado significativo foi a transferência das terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados, segundo Martins.

Em 1850, quando foi criada a Lei de Terras, um novo regime fundiário em que se pagava pela terra, o escravo não possuía dinheiro suficiente para comprá-la e trabalhava como trabalhador livre. O trabalho era árduo, mas acumulando-se dinheiro, era possível tornar-se pequeno proprietário de terra, em substituição ao regime de sesmarias.

No fim do século XIX, as terras devolutas passaram para o domínio do Estado, houve a necessidade de regularizar limites entre fazendas, definir a situação jurídica da propriedade fundiária. Nessa época, o problema da terra foi intenso, pois o importante do capital era o gado e não a terra.

Já afirmamos que são vários os pensadores brasileiros que discutem a questão agrária e fundiária no Brasil. Para um melhor entendimento, vamos tomar como ponto de referência o estudo de Stédile (STÉDILE.1997, pp.10-6) em que a história da propriedade de terra pode ser descrita em cinco grandes momentos.

O primeiro momento, em 1850, quando D. Pedro II promulgou a Lei nº 601, de 18 de setembro do mesmo ano, reconhecida como a primeira Lei de Terras. Essa lei determinava que, para ser considerado proprietário, o cidadão teria que legalizar a terra nos cartórios, pagando uma quantia em dinheiro à Coroa. Com isso houve discriminação aos pobres e impedimento aos escravos libertos de serem proprietários. Consolida-se então o grande latifúndio como estrutura básica da distribuição de terras no Brasil.

Para Veiga (1984), somente em 1930, o bloqueio oligárquico vai proporcionar brechas às idéias agrárias com a Constituição de 1934, que reconhece o direito dos posseiros, reduz o imposto das pequenas propriedades e garante a terra às nações indígenas.

Entretanto, em 1937, o Estado Novo retrocede nos ganhos obtidos com a Constituição de 1934.

A partir de 1940, inicia-se o crescimento demográfico urbano que ocasionou profundas modificações no sistema latifundiário. As organizações de movimentos sindicais têm origem na época da Segunda Guerra Mundial. Era uma fase de forte expansão da fronteira agrícola em que se intensificavam a grilagem e a conseqüente usurpação de posses. Os trabalhadores agrícolas começaram a formar Associações apoiadas no Código Civil para suas defesas, ou seja, as Ligas Camponesas, as Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra), isso na década de 1950.

O segundo momento ocorreu nas eleições de 1946, quando, pela primeira vez, era eleita democraticamente uma Assembléia Constituinte, com a finalidade de criar uma nova Carta Constitucional brasileira, onde a lei poderia promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos. Essa situação criou a necessidade da realização da reforma agrária dentro do território brasileiro, por uma via democrática, para solucionar a questão agrária; entretanto, acabou sendo frustrada por uma reação autoritária e violenta das classes dominantes.

No terceiro momento, na década de 1960, aumentou a tensão social, os problemas sociais no campo se intensificaram. Os camponeses se organizavam em movimentos e faziam suas reivindicações pela Reforma Agrária. Houve a organização da ULTABs (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil),

impulsionada pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), e o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra), no Rio Grande do Sul, dirigido pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), de Leonel Brizola.

João Goulart, em 1961, chega ao poder devido à renúncia de Jânio Quadros e disputa também o poder sobre o movimento camponês.

Em 1961, a busca pela união dos trabalhadores agrícolas e dos lavradores resultou em um congresso que reuniu 1.600 delegados de todo país, a partir do qual se elaborou um documento que trazia:

A fim de superar a atual situação de subdesenvolvimento crônico, de profunda instabilidade econômica, política e social, e, sobretudo para deter a miséria e a fome crescente e elevar o baixo nível do povo em geral e melhorar as insuportáveis condições de vida e trabalho a que estão submetidos os camponeses, torna-se cada vez mais urgente a imperiosa necessidade da realização de uma reforma agrária que modifique radicalmente a atual estrutura agrária e as relações sociais impetrantes no campo. A reforma agrária não poderá ter êxito se não partir da ruptura imediata e da mais completa liquidação do monopólio da terra exercido pelas forças retrógradas do latifúndio e conseqüente estabelecimento do livre e fácil acesso à terra dos que a queiram trabalhar. (VEIGA, 1984, pp.73-4)

De 1962 a 1964, foi fundada a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), num momento de muitas repressões em que seus dirigentes eram perseguidos; num clima de clandestinidade o movimento sindical dos trabalhadores rurais realizou o seu I Congresso Nacional, em março de 1966, mas não teve repercussão devido a pouca participação.

Em 02 de março de 1963 pela lei nº 4.214, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que, em vez de ajudar, ao contrário, prejudicou o trabalhador rural, pois o fazendeiro não queria assumir as questões sociais, ocorre então a expulsão do homem do campo, ou seja, aumentou o Êxodo Rural que tem sua raiz nas leis dos estatutos que igualava o direito do trabalhador rural ao do trabalhador urbano, em virtude da falta de uma política agrícola verdadeira e da modernização da agricultura através do desenvolvimento capitalista.

As organizações de camponeses foram proibidas, perseguidas pelos militares, latifundiários e pelas oligarquias do campo, seus líderes exilados e até assassinados.

Depois do golpe militar de março de 1964, a pressuposição da revolução camponesa apareceu claramente na justificativa da raivosa repressão que se desencadeou sobre os trabalhadores do campo, particularmente os das Ligas Camponesas, sobre as lideranças sindicais e até mesmo sobre os partidos e grupos políticos que, especificamente a respeito, tinham posição vacilante. As brutalidades cometidas por fazendeiros de Governador Valadares, com o apoio da Polícia Militar de Minas Gerais e a manipulação da CIA, e as sádicas e espantosas agressões cometidas contra o militante comunista Gregório Bezerra, são algumas das indicações a respeito. Sem contar o aparecimento de cadáveres de trabalhadores nos canaviais do Nordeste, trucidados na vingativa ação de fazendeiros apoiados pelas autoridades. (MARTINS,1995, p.93)

O quarto momento se dá na ditadura, de 1964 a 1984, vinte anos de Regime Militar no Brasil quando não se falava sobre as questões agrárias e tudo era direcionado somente ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Para os homens do campo, restavam dois caminhos: a migração rumo às cidades para o trabalho de mão-de-obra barata ou ir para regiões muito distantes ao Norte do país, para a construção de grandes estradas que cortavam a selva amazônica.

Durante o processo de Industrialização no Brasil, houve grande migração do campo para a cidade, o que intensificou o processo de urbanização. Com a revolução tecnológica, houve mais desemprego e uma superpopulação na área urbana. A modernização da agricultura marca o campo brasileiro na segunda metade do século XX com o uso de tratores, máquinas e insumos agrícolas. Essa modernização é chamada de conservadora, é o progresso técnico na agricultura. Houve também a substituição da lavoura por pastos, em 1970, como nos mostra José de Souza Martins em seu livro *Expropriação e violência* (a questão política no campo), no capítulo III, onde ele retrata a Terra de Negócio e a Terra de Trabalho, na página 32.

Não só não tem aumentado o número de bóias-frias, como tem diminuído, e isto está dentro da lógica do capital. O capital cresce às custas do trabalho, ou seja, ele tende a absorver progressivamente áreas onde já havia trabalho humano,...como a substituição de lavouras por pastos, também lançou um grande número de trabalhadores para fora da terra. Lavradores e trabalhadores expulsos dirigiram-se em parte para as cidades, à procura de emprego, para constituir o chamado exército industrial de reserva.
(Martins,1980)

A terceira revolução industrial, que teve início na década de 70, no século XX, com a era tecnológica, a informática, a robótica e as telecomunicações foi em grande parte responsável pela crise no mundo do trabalho, pela diminuição do trabalho agrícola e pela redução do poder dos trabalhadores na indústria; grande parte do trabalho humano foi eliminado do processo de trabalho que foi substituído por máquinas; o desempenho das tarefas exigiu cada vez mais habilidades e conhecimentos.

Dentro desse contexto, em que a terra foi e continua sendo símbolo de poder, o governo, com o intuito de continuar nele, fez profundas modificações, elaborou e promulgou, em 30 de novembro de 1964, a lei nº 4.504 sobre o Estatuto da Terra (ET), era como uma promessa de reforma agrária, porém impulsionava cada vez mais o desenvolvimento do capitalismo no campo. Dois dos artigos dessa lei nos chamam a atenção; o artigo 2º em que:

É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista da lei; §2º É dever do Poder Público: a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais o aconselhem, em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta lei;

Art.16 A reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio⁶ e do latifúndio⁷ (E.T. art.16)

É claro que muitos outros se destacam, ao todo são 128 artigos decretados pelo Congresso Nacional e sancionados pelo Presidente da República, H.Castelo Branco.

Segundo Stédile,

...um conjunto de leis que representavam um avanço em relação às que já existiam. Mas, na prática, nada foi feito. (1997, p.16)

⁶Minifúndio: pequena propriedade rural cuja exploração pode ser de agricultura de subsistência, com técnicas rudimentares e produtividade baixa, ou mecanizada, com técnicas bastante desenvolvidas e alta produtividade.

⁷ Latifúndio: é o imóvel que não cumpre com a sua função social, sendo mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado. Além dessa definição de latifúndio, baseada no conceito histórico, ainda o Estatuto da Terra diz que todos os imóveis que excedam 600 vezes o módulo rural são também latifúndios. (E.T Art.2º)

O Estatuto da Terra criou o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), depois transformado no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O Estatuto da Terra era mais uma estratégia para acalmar os camponeses e os grandes proprietários, mas a questão da propriedade da terra não foi resolvida, muita terra na mão de pouca gente e muita gente com pouca terra.

Brandão (1984, pp.223-252) na pesquisa sobre famílias migrantes “da roça” para as cidades em 1970, nos municípios de Goiás, mostra que as famílias de lavradores, em proporções geométricas, eram forçadas a abandonar as suas terras de propriedade e cultivo, por pressão, pauperização ou endividamento.

Também famílias de lavradores, parceiros, agregados, eram forçadas a deixar a terra pelos donos que trocavam campos de lavouras por pastos de gado, ou substituíam lavouras de cereais cultivadas com força de trabalho humano por lavouras mecanizadas.

Dessa “expulsão do campo”, decorre que as famílias migravam para a cidade, e muitas continuavam no trabalho agrário como “bóias-frias”⁸ ou como “meeiros”⁹. Já em 1972, aumentava o número de desempregos no campo e na cidade.

No texto de Carlos Rodrigues Brandão, do livro *Repensando a pesquisa participante*, o autor descreve um fato acontecido em um município de Britânia, no estado de Goiás em que o governador usava de seu poder,

...a fim de pressionar pequenos proprietários para que lhe vendessem suas terras. Autoridades locais e capangas armados pressionavam, primeiro com o pregão das vantagens na venda e depois com ameaças àqueles que resistiam à venda forçada. (1984, p.232).

⁸ Bóia-fria: trabalhador rural itinerante que se ocupa de tarefas temporárias sem vínculo empregatício (dicionário eletrônico Houaiss)

⁹ Meeiros: aqueles que plantam em terreno alheio, repartindo o resultado das plantações com o dono da terra.

Em 1973, a CONTAG realiza seu II Congresso, com espírito de combatividade. A bandeira da Reforma Agrária é erguida, e nesse contexto exigiam-se a aplicação do estatuto da terra, a que tinham direito, e também a organização de um movimento pastoral por parte da Igreja Católica para combater o comunismo no campo, conseqüentemente, o número de sindicatos de trabalhadores rurais aumentou.

A CONTAG continuou em suas reivindicações e reformulou suas proposições a cerca da questão agrária, segundo seu presidente, José Francisco da Silva, quando foi realizado o III Congresso em 1979, ficou claro que os trabalhadores rurais não tinham a mínima ilusão à cerca da reforma agrária:

Não é possível haver solução duradoura para os problemas do País, deixando na marginalidade os trabalhadores rurais que constituem quase 50% da população. Mesmo o projeto democrático fica comprometido, em longo prazo, se não há uma verdadeira redistribuição da propriedade, da renda e do poder no meio rural, através de uma reforma agrária ampla, massiva, imediata e com a participação dos trabalhadores. Do mesmo modo que não se pode pensar no mundo atual em democracia verdadeira sem sindicatos atuantes, não se pode pensar em democracia de fato no Brasil sem que se integre a massa de assalariados, parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos proprietários minifundistas, que constituem a classe dos trabalhadores rurais, à vida do País. E essa integração só se fará através da Reforma Agrária. Por isso, a Reforma Agrária é essencial. Por isso a Reforma Agrária é a grande bandeira dos trabalhadores rurais brasileiros. (VEIGA,1984, pp.78-9)

Houve inúmeras manifestações em defesa da reforma Agrária: Congressos dos Agrônomos, Encontro de Dirigentes Sindicais, da União dos Estudantes e dos partidos de oposição. Eles defendiam que os latifundiários deveriam ser eliminados para que houvesse democratização da sociedade,

promovendo ou buscando a libertação dos operários agrícolas e dos pequenos agricultores.

Em 1980, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) aprovou o documento que traz o título “Igreja e Problemas da Terra”, que mostra fatos da realidade agrária do Brasil. Um desses itens afirmava que, no Brasil, a minoria enriquece a custa da pobreza ou da miséria da maioria; demonstrando assim seu apoio ao homem do campo para alcançar com a Reforma Agrária a possibilidade de acesso à terra e às condições favoráveis para seu cultivo. São mais de cem itens, destacamos um, o nº 74, que demonstra que, antes mesmo do Estatuto da Terra, a Igreja já falava da questão do trabalhador rural:

É assim que, para ser fiel a essa longa tradição brevemente evocada, a Igreja, na sua doutrina social, quando defende hoje a propriedade individual da terra e dos meios de produção, enfatiza sempre a sua função social. Assim, Pio XII denuncia o capitalismo agrário que expulsa do campo os humildes agricultores forçados a abandonar sua terra em troca de ilusões e frustrações no meio urbano:” “O capital se apressa a apoderar-se da terra (...) que se torna, assim, não mais objeto de amor, mas de fria especulação. A terra, nutriz generosa das populações urbanas, como das populações camponesas, passa a produzir apenas para esta especulação e enquanto o povo sofre fome, o agricultor oprimido de dívidas, caminha lentamente para a ruína, a economia do país se esgota, para comprar a preços elevados o abastecimento que se vê obrigada a importar do exterior” (“Al particolare compiacimento. Alocução aos membros do congresso da Confederação Italiana dos Agricultores, 15 de novembro de 1946, nº 14).

Segundo Martins, esse documento reconhece o confronto que há no campo entre a propriedade capitalista e os regimes não-capitalistas de propriedade e que a parcela principal da produção agrícola brasileira procede da agricultura familiar. Segundo José de Souza Martins:

O Episcopado, ao valorizar o significado social da terra de trabalho, valoriza essencialmente a concepção da vida, as lutas e o trabalho da maioria dos que estão no campo, dos que vivem na terra, mesmo quando as circunstâncias econômicas e a dominação capitalista indireta do trabalho familiar obrigam o agricultor a recorrer ao trabalho alheio. (1995, p.149)

Ao elogiar esse documento, enfatiza que ele abre uma janela de esperança para que a terra de trabalho supere a exploração da utilização capitalista da terra.

Em 1984, é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em Cascavel, Estado do Paraná, com representantes de 16 estados, esse movimento social sobrevive até hoje e é um dos maiores movimentos sociais e bem organizados de que se tem notícia no país.

Na Nova República, para reforçar a determinação do governo de realizar a Reforma Agrária, é aprovado pelo congresso, através do decreto 91.766, em 11 de outubro de 1985, o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. Segundo o então presidente José Sarney:

trata-se de resgatar uma dívida social para com milhões de trabalhadores do campo e, também, de oferecer uma resposta ao desafio do Brasil ao seu próprio destino.

O quinto momento compreende o período de mil novecentos e oitenta até o início do século XXI, em meados de 2000. Com o fim do regime militar, o país iniciou uma nova etapa em relação à questão agrária, os movimentos sociais ressurgiram e a questão da Reforma Agrária entrou novamente na pauta dos debates políticos e intelectuais, e há o reconhecimento, por parte de muitos, de que se faz necessária a Reforma Agrária, porém, ainda, com muita resistência dos grandes latifundiários e de alguns representantes políticos.

Nos anos 90 do século passado, a Reforma Agrária passou por muitas definições, críticas e reflexões envolvendo políticos e intelectuais e por muitos projetos políticos realizados ao longo dos anos. A luta social no campo continua acontecendo à custa de muitas mortes, para fazer valer seus direitos, porém ferindo os interesses de donos de terra.

Para Veiga (1984 e 1994), apesar de toda a liberdade de imprensa e sindical está cada vez mais difícil a realização da Reforma Agrária. Temos muitos estudos sobre ela, mas a sociedade brasileira sempre tem permitido o equilíbrio dos grupos poderosos no campo e na indústria, esquecendo-se de que o país convive com uma permanente carestia alimentar, que só será suprida quando as elites modernizadoras perceberem e fizerem uma revisão desse pacto com o patronato rural. Daí surgirá a possibilidade de fortalecimento da agricultura familiar e do tema da Reforma Agrária entrar em pauta na política nacional.

Em termos de Reforma Agrária, existe o conceito do impossível diálogo sobre a história possível. Segundo o sociólogo José de Souza Martins, há muitos equívocos em relação ao tema da Reforma Agrária nos diferentes meios políticos ou partidários, todos querem dar diversas opiniões sobre o assunto, desde a mídia até um estudante que considera sua opinião definitiva, são raros aqueles que se fundamentam no conhecimento para dar sugestões de solução para os problemas sociais.

Poderíamos falar sobre como foi a Reforma Agrária no governo de Fernando Henrique, mas a Reforma Agrária não se situa num tempo, ou foi criada por um governo, ou por um ministro, ela tem todo um histórico de luta pelas questões agrárias.

Até no dicionário, reforma agrária quer dizer,

Revisão da estrutura agrária de um país com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola. (ROSA,1999.p.415)

Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que vise à melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de posse e a atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade. (Estatuto da Terra: Lei nº 4.504, de 30.11.1964)

A Reforma Agrária tem como objetivo,

estabelecer um sistema de relações entre justiça social, o progresso e o bem estar do trabalhador rural e o econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. (E.T., Art.16)

Algumas leis que estão na Constituição da República Federativa do Brasil, no capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária –, são:

- o Estatuto da Terra: Lei nº 4.504, de 30-11-1964;
- o Artigo 184 da Constituição que descreve:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei;

- o Art.186, que define a função social da Terra e o Art.187, como será planejada a política agrícola;
- a Lei nº 8.174, de 30-1-1991 que fala dos princípios da política agrícola;
- a Lei nº 8.629, de 25-2-1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária prevista neste capítulo;

- a Lei nº 9.393, de 19-12-1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR – e sobre o pagamento da Dívida representada por Títulos da Dívida Agrária;
- Lei complementar nº 93, de 4-2-1998 que trata do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

A questão agrária no Brasil remonta sua descoberta, por estar relacionada ao latifúndio (grandes propriedades improdutivas). Para um estudo mais aprofundado sobre esse tema, citamos a obra de Silveira, *Reforma Agrária: a esperança dos “sem-terra”*. (2003)

Quando falamos de Reforma Agrária para os trabalhadores rurais sem-terra, a impressão que se tem é que essa idéia está adormecida e é preciso ressuscitá-la. A não ser nos meios acadêmicos, essa questão é pouco comentada, na mídia, hoje, o que está em evidência é o agronegócio. Em Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, acontece anualmente a Agrishow (Feira de Agronegócio), que, a cada ano, vende milhões em maquinário que possui tecnologia de última geração.

Por essa tecnologia avançada se tem uma idéia do que é falar do pequeno agricultor, que compete com essa agricultura de alta tecnologia, de grande precisão e mapeamento.

Na revista *Veja* de 29 de setembro de 2004, a matéria de Eduardo Salgado, de Cuiabá, descreve que o milho é plantado logo depois que as modernas máquinas equipadas com ar-condicionado colhem cerca de 3.500 sacos de soja num dia normal de trabalho. Todo esse maquinário de tratores, plantadeiras e colheitadeiras representam um investimento de 20 milhões de reais,

O moderno agronegócio brasileiro é justamente a feliz reunião de alta tecnologia, equipamentos de ponta e crédito alto farto. A atual civilização do campo reflete a solidez da base material sobre a qual está plantada. Os

agricultores brasileiros são os mais competitivos na produção de açúcar, soja, algodão e laranja. O país é o maior exportador mundial de carne bovina e de frango. Junto, o agronegócio representa cerca de 35% da economia brasileira. O Brasil só não é o maior exportador de produtos agrícolas do mundo porque os Estados Unidos e a União Européia entopem seus produtores de subsídios e depois despejam seus produtos no mercado internacional. (SALGADO.Veja, 2004, pp.90-2)

No modo de produção capitalista, o pequeno agricultor não tem como competir com o grande, este usa a melhor semente, as melhores máquinas, sua produção e colheita são em tempo recorde, seu produto bonito e farto, enquanto, para o pequeno agricultor, sua semente é a que “pode comprar”, ele não tem maquinários, e o resultado, quando chega à prateleira do supermercado, é de difícil competição, já que o consumidor prefere o grão mais bonito, maior e mais limpo.

O pequeno agricultor sobrevive à custa de muito sacrifício e raramente ganha o suficiente para sobreviver, se ele tiver uma agricultura de subsistência, neste mundo globalizado, não vai poder proporcionar a si e aos seus filhos qualidade de vida; faltará para a educação, para o vestuário e outros.

Uma reforma agrária distributivista constituiria, neste momento, uma proposta desse tipo, ou seja, uma proposta inexecutável historicamente, como só pode ser qualquer proposta que advogue a reforma das contradições do capital sem atingir o capital e a contradição que expressa: a produção social e a apropriação privada da riqueza. O questionamento da propriedade fundiária, levado a efeito na prática de milhares de lavradores neste momento, leva-os, mesmo que não queiram, a encontrar pela frente o novo barão da terra, o grande capital nacional e multinacional. Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência. (MARTINS,1995, p.177)

É necessária, portanto, uma Reforma Agrária que use toda a tecnologia e a assistência adequada, para que o pequeno agricultor sobreviva frente aos grandes agricultores. Para entender melhor esta situação, vejamos o assentamento do Horto Guarany, objeto de estudo do próximo capítulo.

CAPÍTULO II
Horto Florestal Guarany

2.1. Fazenda da Ferrovia: breve histórico sobre o eucalipto

O depoimento do ex-funcionário da Ferrovia, Engenheiro Agrônomo Paulo Spineli, aposentado, em entrevista concedida em 17/09/2004, nos relata um pouco da história do Horto Guarany,

A Ferrovia Paulista S/A. era proprietária de 19 hortos florestais localizados em diversos municípios do Estado de São Paulo, sendo todos reflorestados com diferentes espécies de eucalipto , com a finalidade de produção de madeira para confecção de dormentes.

Ao longo de décadas, as propriedades foram assistidas tecnicamente por profissionais que aplicavam os recursos destinados aos hortos para ampliar os índices de produtividade, identificar as espécies de eucalipto mais indicadas para a confecção de dormentes e buscar a alto-suficiência da madeira. O principal objetivo desta busca pela alto-suficiência era evitar o abate de árvores nativas para fornecer dormentes à ferrovia, uma vez que o consumo anual de madeira aproximava-se dos 60.000 m³/ano.

As dezenove propriedades totalizavam uma área de 36.000 ha dos quais 17.000 eram ocupados com matas plantadas e o restante, com mata nativa, estradas, carreadores, aceiros e benfeitorias.

Na referida entrevista, o engenheiro agrônomo ainda afirma que:

A partir de 1995, o setor florestal foi extinto e a ferrovia privatizada, com isso todo o acervo florestal ficou

abandonado e brutalmente destruído pelos militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST).

Localizado no município de Pradópolis – SP, o Horto Florestal Guarany possui uma área de aproximadamente 4.350 ha, solo arenoso, ácido e pobre em nutrientes, totalmente plano, reflorestado na maior parte com eucalipto da espécie *citriodora*, a mais indicada para a produção de dormentes com idade entre 18 e 20 anos, e onde se encontrava a maior reserva de madeira em pé da ferrovia, sendo considerado o horto modelo da FEPASA, pois todo o reflorestamento já havia passado por três desbastes seletivos, onde, a cada seis anos, eliminavam-se as árvores atrofiadas e com má formação florestal.

Segundo esse agrônomo, foram usadas várias técnicas florestais aplicadas nesse local e muitos pesquisadores desenvolveram trabalhos científicos, com o eucalipto.

Nessa fazenda havia também um rebanho bovino, da raça nelore, de aproximadamente 800 cabeças, era manejado com sucesso e servia de modelo para muitos pecuaristas.

A propriedade possuía uma colônia de 12 casas onde residiam os funcionários que trabalhavam na propriedade, muitos deles nascidos no próprio local.

A propriedade possuía, também, cercas de divisa em toda a sua extensão, e na face sul, fazia divisa com o Rio Mogi-Guaçu, havia uma característica rara, uma lagoa natural que não tinha interferência de nenhum córrego. Rica na

flora e fauna aquática nos meses chuvosos, o espelho d'água ocupava uma área de aproximadamente 20 hectares, sendo que, na época de estiagem, se reduzia a menos da metade, porém não se tinha notícia de que houvesse secado uma única vez.

2.2. As várias ocupações no Assentamento

O próprio engenheiro agrônomo ainda nos conta:

Embora altamente produtiva, a propriedade já havia sofrido na década de oitenta, três tentativas de invasões pelos integrantes do MST, mas foram imediatamente repelidas pelo estado através da reintegração de posse. Entretanto, em agosto de 1992 a propriedade foi invadida e, mesmo com todos os esforços por parte dos ferroviários para reverter a situação, não houve empenho político por parte do governo e a propriedade foi brutalmente saqueada. Animais eram abatidos, árvores derrubadas e queimadas, cercas arrancadas, moradores aterrorizados e expulsos de suas moradias e veículos públicos queimados.

Após alguns meses, os invasores já haviam delimitado os seus lotes e começaram a negociar produtos oriundos da floresta como: lenha, moirão, postes e carvão. A Fepasa procurou manter no local, por um período de mais de dois anos, um grupo de funcionários da área de segurança, na esperança de obter a reintegração da posse da propriedade, mas infelizmente tudo isso foi em vão e nós

pudemos testemunhar um dos maiores descasos com o bem público.

Em entrevista com o senhor Luiz Gonzaga, concedida em 15/04/2004, diz que na época trabalhava para a Ferrovia e como inspetor de patrimônio, zelava por ele na regional de Araraquara, inclusive da Fazenda do Horto Florestal Guarany de Pradópolis e vem nos relatar um pouco mais da história desse lugar enquanto fazenda de eucalipto e depois já no processo de acampamento dos sem-terra.

O horto produzia dormentes para linhas de ferro, dormentes é a madeira fixada embaixo dos trilhos para dar sustentação à linha. São necessários em torno de 1.580 dormentes por quilômetro, o tempo para uma árvore produzir um dormente é de 28 anos, porque ela tem que passar por todas as etapas, para criar o cerne, aquela parte dura da madeira que dá consistência para agüentar a carga de uma locomotiva de um trem.

O Senhor Luiz Gonzaga ainda nos relata:

Todas as fazendas da Ferrovia tinham todo o círculo do eucalipto e nada ficava sem produzir, até o mato em volta era retirado pelo gado que a fazenda mantinha.

Para se montar uma fazenda de eucalipto, foi necessário muita pesquisa, elas foram criadas desde 1892 e muito se pesquisou para ver qual o tipo de eucalipto que mais se adequava para a madeira do dormente, pois tinha que ser e ter função de durabilidade, de resistência e, nesta pesquisa, em função dessa madeira, já existem mais de 500 tipos de eucalipto, hoje existe esta pesquisa e todos

esses tipos na cidade de Rio Claro, no estado de São Paulo.

Em relato, Luiz Gonzaga ainda mostra sua decepção em relação ao Horto Guarany:

Então pra gente, como ex-funcionário da ferrovia, funcionário na época que participava de alguma forma do gerenciamento do patrimônio da Ferrovia, foi um choque danado saber que estes eucaliptos foram derrubados, queimados, foram mal aproveitados, mal gerenciados, e isso tem um envolvimento político que articulou para que isso ocorresse, a gente tinha conhecimento do roubo dos eucaliptos pelo pessoal que invadiu. A gente tomou providência na época e era fácil essa providência, era só colocar o controle na entrada e não deixar sair essa madeira como foi feito, só que chegou ordem para que não fizesse mais esse controle, e essa madeira foi amplamente vendida pelo pessoal que ocupou as fazendas e para pagar esse roubo, esse controle que a fazenda tinha, existia um mapa e tinha as quantificações de árvore por talhões.

2.3. Os desdobramentos das ocupações

Conforme informação do senhor Luiz Gonzaga havia um mapa contendo a quantidade das árvores, a idade e onde elas estavam plantadas, era possível fazer perfeitamente o balanço delas.

O senhor Luiz Gonzaga acompanhou a queima de muitas árvores e disse que era para mascarar os desvios da madeira. A fazenda tinha ciência da quantidade existente, pois havia sido feita uma pesquisa para medir a produtividade dessas árvores para controle do desmatamento. Na época, tentou-se negociar e evitar o roubo, vieram diretores de São Paulo, realizaram reuniões, mas não houve acordo, uma vez que a Ferrovia queria o controle geral da madeira e os acampados e alguns políticos não aceitaram esse acordo, já que teriam que prestar contas da madeira que havia sumido.

Havia inclusive uma empresa contratada através de concorrência pública para retirar a madeira, houve cláusula no contrato que determinava que se aproveitasse a mão-de-obra dos acampados, para que eles tivessem uma renda, o que não deu certo.

Questionamos se houve violência por parte dos acampados, o senhor Luiz Gonzaga alegou que sim. Na época, um dos funcionários que morava na fazenda foi ameaçado, jogaram gasolina nele e ameaçaram colocar fogo, os vigilantes ficaram revoltados e, por pouco, não houve maiores incidentes. O pessoal que trabalhava queria defender o seu sustento.

A fazenda tinha mais de 1.000 alqueires, totalmente plantados de eucalipto, em várias etapas; era madeira de lei, totalmente aproveitada, da folha até a flor, não havia desperdícios. Cuidava-se da planta desde pequena até chegar aos 28 anos, quando se completa o ciclo da madeira necessária para o dormente. A fazenda era composta de mata ciliar (nativa) que margeava o córrego Mogi-Guaçu, possuía uma lagoa de mais de dez alqueires, onde se criavam peixes, e toda cercada de eucaliptos.

No início da ocupação, os funcionários da Ferrovia foram proibidos, por ela mesma, de entrar no Horto, para que não sofressem algum tipo de agressão,

mais tarde, participaram da retirada de parte dos equipamentos e da produção que se tentou preservar, assim como o lado da estação de Tambaú como patrimônio cultural.

Indagamos o entrevistado sobre o que ele pensava a respeito do fato de a fazenda que só tinha eucalipto, ser transformada em fazenda produtora de alimentos, como queriam os assentados, pedimos seu ponto de vista em relação ao assunto.

Ele nos disse que, apesar da ferrovia estar em fase decadente, o ciclo do dormente é de nove (9) anos e, então, de nove em nove anos seria necessária a troca. Se o volume de dormentes era de 1.580 por quilômetro e a malha ferroviária era de mais de 4.000 mil quilômetros, a quantidade de dormentes gastos por ano era de milhares, tornava-se fundamental o uso do eucalipto para a ferrovia, mesmo ela não estando em expansão, e a quantidade de árvores que se tinha no local sustentaria a reposição até a geração de seus bisnetos.

O depoente desabafa:

Mesmo que ele não produza alimentos eu acho que a fazenda estruturada, planejada, articulada, que demorou mais de 50 anos para ser formada seja o local ideal para a produção de alimentos, mesmo porque a Ferrovia ajuda a escoar esses alimentos e transportar esses alimentos para os centros de maior desenvolvimento, muito mais que transportar os alimentos, transporta insumos que seriam os adubos, máquinas, toda infra-estrutura necessária para a produção desses alimentos. Sabemos também que a destoca de uma área de eucalipto custa mais que uma

terra, e uma área que produz eucalipto não é para produzir alimentos, sabemos também que o Estado poderia estar desapropriando uma área que fosse definida, que tivesse uma vocação de melhor produtividade para a produção de alimentos. Então, no meu entendimento particular, eu acho que não é o local ideal, fazendo um assentamento numa fazenda que foi planejada, estruturada, pesquisada, que demandou mais de 50 anos de estudo, de planejamento e de pesquisa ser de uma hora para outra jogada, posta fogo, praticamente ela foi totalmente queimada, não é o local indicado para a produção de alimentos.

O sr. Luiz nos relata que acompanhou todo esse processo de queima das árvores, tudo foi muito político e nada técnico; em meio a emoções e lágrimas, fala-nos de que terem queimado uma árvore daquelas que demorou tanto tempo para se formar lhe trouxe muita mágoa, sente-se muito triste ao lembrar de tudo. O intuito do eucalipto para pesquisa representava muito tanto financeiramente, como em termos de benefício para a humanidade.

Na visão do sr. Luiz, transformar esse Horto em assentamento não foi uma opção correta.

Esses arrancaram uma floresta de eucalipto, bem estruturada, articulada e planejada com agrônomos especialistas mais de cem (100) anos estruturada, puseram fogo para um assentamento de pessoas que eu não acho que são vocacionadas para a agricultura, pra mim são

pessoas desempregadas, que não tinham esperança nenhuma.

De acordo com o Estatuto da Terra, criado em 1964, no capítulo IX do Parágrafo Único, **não se considera latifúndio:**

a) o imóvel rural, qualquer que seja a sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado; b) o imóvel rural, ainda que de domínio particular, cujo objeto de preservação florestal ou de outros recursos naturais haja sido reconhecido para fins de tombamento, pelo órgão competente de administração pública.

A Constituição Federal, mais atualizada que o Estatuto da Terra, se coloca sobre a Função Social da terra e, vendo sob esse ângulo, podemos analisar e perceber o quanto essa terra não estava produzindo alimentos para as pessoas. Resta-nos a indagação: será que ela estava cumprindo sua Função Social?

Na Constituição Federal, em seu Artigo 186:

“A Função Social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I– aproveitamento racional e adequado; II– utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III– observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV– exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (Constituição, art.186.1988, p.106)

Para um entendimento correto da Função Social da propriedade rural, é necessário consultar o título de tese de livre docência de Ubaldo Silveira: *Região de Ribeirão Preto e a luta dos trabalhadores rurais pela terra*, defendida em junho de 2004, na UNESP – Campus de Franca.

O sr. Luiz Gonzaga, indignado com o que aconteceu, repete que arrancaram uma floresta de eucalipto planejada com especialistas, que era um recurso público que pertencia a todo povo, foi arrancada e queimada para um assentamento que, na opinião dele, não era de pessoas com vocação para a agricultura, eram pessoas desempregadas que não tinham esperança nenhuma, manipuladas, levadas a participar desse grupo de invasão em troca de um prato de comida. Passados alguns anos, sente que o resultado não foi bom, considera que se de 200 famílias 10% estivessem articulados, com nível alto de sobrevivência estaria bom, ainda assim elas dependeriam de empréstimo, de cesta básica, da ajuda do Estado de alguma forma. Ele torce para que os assentamentos dêem certo, porém não consegue ver isso com otimismo, considera que não vão a lugar algum, pois não têm vocação agrícola.

Eu fui criado no meio de agricultura, eu fui criado em fazenda eu sei o que é uma vida de um agricultor, tem que trabalhar das 04h00 da manhã às 9h00 da noite e ganhar no máximo , que tá muito bom, R\$300,00 hoje.

Ele torce para dar certo, mas não acredita. São muitos os obstáculos, muitas as dificuldades, mas nós acreditamos que esse assentamento será uma conquista desses trabalhadores rurais, como veremos em seguida.

CAPÍTULO III

**Assentamento Horto Florestal Guarany no município de Pradópolis, Região de
Ribeirão Preto Estado de São Paulo.**

3.1. Uma história de luta

Assentamento situado na região de Ribeirão Preto (SP), no município de Pradópolis, com uma área total de 4.190,22 (quatro mil cento e noventa, vírgula, vinte e dois) hectares, com área agrícola de 3.080,39 (três mil e oitenta, vírgula, trinta e nove) hectares, está dividido em 273 (duzentos e setenta e três) lotes agrícolas, com área média de 11,38 (onze vírgula trinta e oito) hectares, sendo 213 (duzentos e treze) lotes no município de Pradópolis e 60 (sessenta), no município de Guataporã; limita-se ao norte com a rodovia Cunha Bueno (SP-253), ao sul, com o rio Mogi-Guaçu, a leste, com a Usina São Martinho e a oeste, com o rio Mogi-Guaçu e Ferrovia Ferrobam. Dista 9 (nove) km da sede do município, com acesso pela rodovia Pradópolis – Guataporã; permaneceu como acampamento por oito anos, tendo sido o primeiro nessa região.

Segundo Silveira (1998, pp.34-8), em 22 de agosto, formou-se o acampamento do Horto Florestal Guarany (Fazenda da Fepasa) no município de Pradópolis –SP, com ocupação de 750 famílias em barracos de lonas de diversas cores. O chão desses barracos era de terra batida, usavam-se sucatas, tudo muito improvisado. Para esses trabalhadores, não eram barracos, eram casas. Eles sobreviviam do trabalho do campo e numa situação de exploração, abandono, falta de crédito rural e sem terra para plantar. Esse é apenas um exemplo dentre os inúmeros existentes no meio rural. Segundo Silveira, esse acampamento era bem organizado, as famílias eram divididas em grupos com seus coordenadores que formavam os conselhos para tomarem decisões.

De acordo com depoimento dos assentados, a razão principal de eles estarem buscando os assentamentos eram as dificuldades que encontravam na cidade, como desemprego e criminalidade.

Essas pessoas que hoje estão no assentamento se encontravam nas reuniões das associações de amigos de bairros e religiosos e, em uma dessas, chegaram à conclusão de que a única solução para eles, os menos favorecidos nas cidades, era ocupar um lugar de terras improdutivas, para que assim se fizesse a Reforma Agrária.

Em entrevista ao assentado Sebastião Gomes dos Santos, ele diz que vive na zona rural desde que nasceu, e trinta e seis anos como empregado, hoje ele está com sessenta e dois anos e há dez teve a oportunidade de ter um pedaço de terra para trabalhar, diz que como empregado não teria conseguido.

Eles, os assentados, foram se organizando nas cidades e nas regiões onde conseguiram juntar em torno de 750 (setecentas e cinquenta) famílias, que saíram à procura de terra pública para fazer uma ocupação.

Depois de muitas dificuldades e fazendo levantamentos de terras públicas, acharam que O Horto Florestal Guarany da Fazenda Fepasa era propício para o número de famílias que reuniram, além de ser um lugar que tinha a necessidade de produzir grãos, porque era uma fazenda de eucalipto, e a região era canavieira.

No início, tiveram várias ameaças de despejo, correram muitos riscos de agressão, mas sempre tentaram negociações pacíficas e políticas, por isso a conquista da terra chegou. No início da ocupação, dividiram a fazenda em lotes para as famílias e, mesmo antes da conquista, começaram a produzir sem receber nenhum incentivo por parte do governo, ou de autoridades da Reforma Agrária.

Essa terra foi reconhecida como terra de produção, e não havia outra solução a não ser transformar esse acampamento em assentamento, o que ocorreu após oito anos.

Segundo o senhor Sebastião,

A maior dificuldade que encontramos aqui, principalmente nessa região, é que aqui é um monopólio de latifúndio dominado pelos usineiros. Inclusive é monopolizado pelo maior grupo de usineiros da América Latina. E a política também era nas mãos deles, a administração municipal era no domínio deles, por isso que a dificuldade foi muito grande, porque nós não éramos bem recebidos. Inclusive muito criticado não tinha nem como a gente tentar algum benefício, nem acessar a cidade, às vezes fechava até a porta quando nós chegamos. Mas aí nós provamos pra eles que o que nós queria era realmente a terra e produzir nela o qual hoje eles são bem servidos, a população da cidade é bem servida com as nossas produções.

Além das dificuldades já enfrentadas, tiveram muitas outras também na área de ensino, situações tão difíceis que foi preciso convocar a imprensa e negociar junto à Delegacia de Ensino, hoje, Secretaria Regional de Ensino a fim de conseguir estudo para as crianças do assentamento.

O senhor Sebastião era um dos coordenadores da parte do ensino e lutou muito para conseguir a primeira escola, de lona, debaixo dos eucaliptos e conseguiram quatro professores, somente a nível estadual .

O prefeito da cidade na época chegava a dizer para nós, que ele jogava um copo de água fora, mas não dava para acampado nem pro filho do acampado, aí nós resolvemos buscar em outros lugares esses recursos. (Sr. Sebastião)

Durante quatro anos, esses professores foram conduzidos ao assentamento de charrete e sofriam muito, principalmente, na época das chuvas.

Enquanto as crianças estudavam no assentamento, tinham que andar a pé, de dez a doze quilômetros, pois o Horto era muito grande; a sala de aula e a cozinha eram improvisadas; a arrecadação de alimentos para a merenda era realizada dentro do próprio assentamento.

As dificuldades foram muitas até que a política do município mudou e as crianças passaram a estudar na cidade.

O sr. Sebastião conta que, quando havia palestras entre eles, diziam:

A nossa Reforma Agrária era sem governo durante oito anos, sem nenhum apoio de governo, sem nenhum incentivo de governo.

Com a mudança da política do município, a situação foi melhorando, depois de oito anos produzindo no acampamento, iniciou-se o processo de reconhecimento enquanto assentamento, através do Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

Tiveram início os primeiros benefícios, como:

- o calcário, para corrigir e tirar a acidez da terra;
- a destoca, retirada das raízes e dos tocos do eucalipto;
- crédito de fomento, no valor de mil reais, feito para materiais de construção como cercas, grampos, arames, através do Banco do Brasil;
- crédito do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar): trata-se de um crédito de 12 mil reais com um rebate de 40% tendo 3 anos de carência e 7 anos para o pagamento; com um valor de 4.75 ao ano financiado através do

Banco do Brasil, projeto elaborado junto com o ITESP, órgão do governo. Para a obtenção desse crédito, o dono do lote teve que apresentar um projeto, mostrando qual o seu objetivo; alguns assentados optaram pelo projeto de gado leiteiro, outros pelo poço artesiano, outros pelo de plantações e de estufa.

- crédito alimentação: no valor de 400 reais repassados também pelo Banco do Brasil, foi realizado apenas uma vez, com cotação no mercado, e o que ganhou fez a entrega dos alimentos para as famílias.

Atualmente, o assentamento recebe orientações e incentivos à agricultura familiar, estão bem avançados; foi uma das maiores conquistas o trabalho ter se voltado para a agricultura familiar com o propósito de produzir o sustento para a própria família.

O sr. Sebastião conta que não espera, através da Reforma Agrária, ganhar dinheiro, ficar rico e ter uma vida nobre, mas espera uma vida, pelo menos, digna.

Todas essas conquistas foram difíceis, os benefícios alcançados foram com muita luta, nada veio de livre e espontânea vontade dos governos.

A própria identificação do acampamento como assentamento demorou oito anos, também uma grande conquista que possibilitou o desenvolvimento dos projetos de créditos e financiamentos, os quais só não foram bem desenvolvidos na época devido à falta de energia e água; hoje, já existe energia e a situação da falta de água está começando a se resolver.

Apesar de terem passado por muitas dificuldades, os assentados conseguiram vencê-las e continuam lutando, é uma busca constante, aprender a negociar, a realizar projetos com as faculdades, a fazer cursos junto ao SEBRAE

(Serviço de Apoio às Micro Empresas) para conhecer experiências de outros assentamentos, e as que deram certo levar para outros assentados.

O SEBRAE tem levado os assentados a outras regiões para fazerem os cursos conforme as aptidões pessoais, ou seja, quando o curso é de agropecuária, vai-se até o local apropriado, de agricultura do plantio do milho ou da mandioca vai-se a outra região, assim também para aprender a industrializar a mandioca, o leite, a carne (cursos de embutidos, de defumação, curso de vacinação da criação) e outros.

Existem muitos projetos no assentamento como para hortaliças, para a agroindústria e para a agropecuária.

As experiências que os assentados têm adquirido têm dado condições a eles de, no caso do gado, dispensar até o veterinário quando este é necessário.

A experiência do sr. Sebastião, quando elaborou seu primeiro projeto, foi a de plantar capineira (tipo de capim que serve para fazer o silo para o gado), milho, de criar cabritos, carneiros e gado bovino. A capineira e o milho ele reservou para fazer silo¹⁰, um sistema que oferece condições de alimentar os animais em época de seca, em média seis meses; isso ele aprendeu com os alunos do SEBRAE e se uniu a alguns vizinhos, juntaram os tratores do assentamento e mais dois que a prefeitura doou (pois são necessários de três a quatro tratores), e assim iniciaram o silo.

O sítio do Sr. Sebastião é um exemplo de conquista para os assentamentos, ele possui uma agricultura familiar bastante desenvolvida, pois planta feijão, arroz e milho, no ano de 2003 ele chegou a vender mais de 400 frangos entre a região de Pradópolis e Ribeirão Preto, se ele planta cana é somente para o silo, frutas só para consumo.

¹⁰ Silo: fosso cavado na terra para depósito e conservação de cereais, forragem verde etc.
Fonte: Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa.

Há lotes que plantam café e frutas como manga, abacate, abacaxi e limão. Outros já desenvolvidos com estufas possuem folhas, legumes e tomates.

A organização do assentamento continua como no início da ocupação, existe uma coordenação de grupos, que tem uma comissão representativa, pois o loteamento é dividido em ruas abecedárias; cada coordenador fica responsável pelos lotes e ruas. As reuniões são feitas uma vez ao mês, onde são trocadas idéias e experiências.

A água é o ponto mais crítico no assentamento, os poços têm de ser perfurados em grande profundidade, em alguns lugares só encontra rocha, o sistema é sustentado através de caminhão pipa, a solução para isso seria a busca de mais poços artesianos de grande profundidade, o que é impossível com recursos próprios pois não se alcança a água.

O Sr. Sebastião ao final da entrevista mostra o que sente sobre ser um assentado:

Eu sinceramente digo para você, eu trabalho desde o primeiro dia de ocupação, eu presto serviço voluntário para mim e para o assentamento todo, mas porque tenho paixão pelo movimento e gosto e tenho tido grande resultado porque o maior pagamento que eu tenho tido é essas conquistas que a gente tem conseguido; cada conquista, cada coisa que a gente consegue através da nossa luta, pra mim é uma vitória muito grande e parece que cada dia dá vontade de trabalhar mais. Nem só pelo nosso grupo como para vários grupos que a gente também dá assistência a outros assentamentos e já chegamos também a outros lugares acampados. A outras pessoas

que a gente luta politicamente, com as autoridades competentes da Reforma Agrária a gente luta para assentar outras famílias que esta também acampadas e até já dispusemos de muitos recursos daqui de alimentos, nós arrecada outros alimentos daqui e leva pra outros acampamentos é uma coisa que a gente faz com muito gosto se sente bem fazendo isso.

3.2. Aspectos da luta pela conquista.

Através da visitas neste assentamento fomos aprendendo um pouco sobre, sua luta e sua história, podemos perceber que uma porcentagem, principalmente as que estão com o sítio bem formado, oriundos de família de agricultores, como o Sr. Amélio e dona Sirlei de origem Italiana. Foram criados desde pequenos trabalhando na lavoura, eles contaram toda sua vida desde quando seus pais vieram da Itália e iniciaram o processo de limpar as matas para plantar. Quando os dois se casaram tinham terra, mas por problemas familiares de ordem de herança ficaram sem nada, apenas com a casa; o Sr. Amélio foi trabalhar em uma usina, qual nunca tinha feito este trabalho, depois de oito (8) anos foi dispensado já com seus 60 anos de idade, sem aposentadoria, com pouco dinheiro, foi quando surgiu a inscrição para pegar um lote de terra no Horto florestal.

A principio Dona Sirlei achou uma loucura tudo aquilo, conta que ficou sabendo de uma passeata em Pradópolis a qual as pessoas quebraram toda a prefeitura, mas necessitando de algo para sobreviver, embora nessa época a maioria dos filhos adultos já estivessem casados dois eram pequenos e eles precisavam de trabalho. Ela conseguiu sua inscrição e tudo começou, ela lutava muito e participava de reuniões, já com seu barraco de lona tinha seus problemas pessoais, um filho ficou com uma grave doença nos rins e ela tinha que sair

escondida do acampamento para levá-lo ao médico. Às vezes se perguntava o que estava fazendo de sua vida, quando não, desistia, mas quando menos percebia retornava ao acampamento, sentia que já não conseguia ficar longe do lugar. É uma mulher batalhadora e que não desistiu, tanto que foi eleita coordenadora dos grupos. Ela que dava as ordens onde cortar as árvores, media as distâncias para que os cortando não caíssem em cima de alguém. Ela viu muita madeira sendo queimada, caminhões inteiros, recebia ordem de cortar tanto mata nativa, quanto madeira branca.

Tudo que acontecia de anormal soltava-se rojão e todos se reuniam. Ocorreu que um colega estava fazendo a guarda e levou um tiro do pessoal da Fepasa, nada muito grave e ele por si só desistiu do lote.

O acampamento era composto de doze (12) grupos, e cada dia um grupo era responsável para cortar o eucalipto, era com machado pois não tinham motosserra, se eles não cortassem seria considerada terra produtiva e eles perderiam a questão.

Através da organização interna conseguiram enviar alguns membros a São Paulo e outros a Brasília, onde foram bem recebidos, mas foram questionados como tiveram coragem de invadir uma fazenda como essa que era o coração do Estado de São Paulo, dona Sirlei respondeu:

Como era o coração, o que o senhor entende de coração, a fazenda lá ela tem uma várzea grande, mas não serve prá nada, o povo lá é igual no nordeste , não tem água, as crianças vai tudo suja no colégio porque não tem água, se o senhor fala que é o coração do Nordeste eu fico quieta, se o senhor fala que lá é pior que o Nordeste porque tem gente e ninguém sabe.

Neste mesmo encontro o representante do governo falou para o Sr. Helio Neves (Presidente da FERAESP –Federação dos Agricultores Assalariados do Estado de São Paulo).

Você foi enfrentar a São Martinho, ela é poderosa.

O Sr. Helio respondeu: *Os direitos são para todos, onde comia quatro pessoas hoje está vivendo muitas famílias que passava fome.*

A conversa continuava e o funcionário do governo falou para o Sr. Helio:

Rapaz você usa quatro a cinco óculos, você fala que não enxergava, imagina se você enxergasse o que você faria no Estado de São Paulo, você tinha acabado com tudo.

Segundo dona Sirlei o Sr. Hélio ficou muito bravo, e deu algumas respostas, o Sr. Wilson Gandof também estava lá, hoje é falecido, é considerado um herói e muito homenageado pelos assentados, ele era uns dos integrantes que mais vivia esta luta. Os assentados colocaram como se o Assentamento chama-se Horto Florestal Guarany Wilson Gandof, mas em entrevista ao órgão do governo ITESP, os técnicos nos disseram que o nome só poderia ser este entre eles, pois o Horto é conhecido nacionalmente e não poderá ser mudado o seu nome.

Esta terra passou a cumprir sua Função Social que esta no Estatuto da Terra e na nossa Constituição, passou a fornecer alimentos para mais de duzentas famílias que passavam fome.

O Sr. Wilson organizava as famílias nas carreiras de eucalipto, separava e não deixava que ninguém se machucasse, arrumava motosserras, arrecadava óleo para as motosserras e comida para que o povo cortasse tudo, contam que pareciam aviões, de tanto barulho a impressão era que o mundo estava acabando.

3.3.O Assentamento: o uso da terra sem sua posse.

Passados oito anos chegou o documento de posse da terra, mas os assentados não aceitaram e rasgaram na frente dos técnicos, estes disseram que o documento descreve em uma de suas cláusulas que se os assentados, não produzissem durante três anos a terra retornaria para o governo.

Dona Sirlei conta que às vezes não tinham nem enxada. Cada família comprava muda de café, ou adubo, outro pagava o carro e os outros plantavam, hoje ela tem pés de café, e muitos dizem que seu sítio é muito bonito.

Ela não gosta quando alguém fala que ela está bem de vida e responde que,

eu sou bem de vida sabe porque? Deus me dá força da minha família trabalhar e isso bato no peito porque não tem preguiça não, não é igual a você que vendeu três a quatro lotes e só tá pegando dinheiro e indo embora para Campinas, só que o último que se tá levando é este.

Muitas vezes viajavam para Brasília doze horas e tudo era em vão, pois escutavam muitas coisas e sabiam que era tudo mentira, ficavam revoltados porque pagavam a viagem, hotel e viam engavetadas suas reivindicações. Recomendaram processo de agrovila, mas os assentados não quiseram, não achavam que era bom.

Nesta época eles tinham ajuda de cesta básica, foram umas quatro vezes, mas eram em péssimas condições, o que tinha de melhor era o macarrão o resto não dava para ser aproveitado, vinha do INCRA de São Paulo, e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) ajudava no que podia no começo, depois teve problemas e não deu mais certo.

Houve uma época que chegou no assentamento um caminhão de roupas, havia até roupa nova, vindo de Ribeirão Preto, dona Sirlei não sabe qual a entidade que doou, mas sabe que vestiu o acampamento inteiro, ficaram vários dias separando as roupas.

Certa vez foi mandado arroz e óleo bom, em outra a dona Sirlei teve que separar e dar uma colher de café, e meio kilo de arroz para cada um. Hoje só recebem cesta básica no assentamento se estiver alguém doente.

Dona Sirlei presenciou muitas vezes, pessoas trocando uma cesta básica por um caminhão de toras, cada tora valia mais de R\$80,00, e muitos vendiam oito toras por R\$80,00.

Até hoje sai coisa dada daqui não é que sai, onde já se viu um saco de carvão dar R\$4,00 a R\$5,00 se lá na cidade, desse tamanho, é mais caro, porque o bendito que sofre aqui não paga, eu vendo por R\$7,00, senão não vendo, é o que eu to te falando, aqui tem eucalipto pra tirar? Aqui tem fome. Fome. Porque se daqui a três anos não mudar o jeito daqui quem vai ficar olhando a terra, ele vai tirar a comida da boca pra comprar veneno, não vai. Se ele não tem dinheiro pra comer e o que ele vai fazer, vai ficar olhando a terra e a terra olhando pra ele. Não, a terra o manda embora e o governo também. Porque se ele não se ajudar o governo não ajuda (Assentada Sirlei)

O documento que os assentados querem do governo não chegou até hoje, pois não tiraram uma clausula que eles não aceitaram, onde diz se o assentado não tiver produção em três anos, ele devolve a terra ao ITESP, mas os assentados não se preocupam com isto, pois nunca conseguiram tirá-los dali não

será agora, depois de doze anos. Dona Sirlei diz que não sai, não vende e que os filhos dela também não venderam nunca, e não deixaram acabar o sítio.

Eles não tiram não, se tirar vai morrer muita gente, eu não acredito, a gente não sabe quem vai entrando depois deles, depois de Deus vai entrando, se você tivesse um papel era melhor. (Dona Sirlei)

A assentada queria dizer que se resolverem retirar os dali, muitos morreriam pela terra, ela acha que hoje ninguém faria isso, mas não sabe se num futuro não será mudado o governo e tomam essa decisão de retirá-los, pois eles não possuem documento da terra.

O estatuto da Terra em seu artigo 98 diz que: não sendo proprietário rural, se ocupar por dez anos ininterruptos o local, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nele sua morada, adquirir-lhe-á o domínio. A ainda o usucapião, mas juridicamente tudo isto é discutível.

Dona Sirlei e o senhor Amélio tem produzido e comercializado o café, o milho, mandioca, banana, requeijão, fruta quando dá para levar à feira, eles têm vassoura e um pouco de carvão, mas as pessoas não pagam o que vale, dona Sirlei está muito desanimada, tem tomado remédio para depressão e também o marido está com uma doença grave. Ela já não tem mais o mesmo vigor, mas continua colhendo café, arrumando cerca, roçando pasto, e arrumando as vassouras, varre o terreirão com o café, além de tirar leite, e realizar os afazeres do lar os doces e o requeijão, embora com muito desânimo.

O primeiro pé de limão que eu comprei aqui pra mim já era meu, eu só tinha aquele dinheiro e comprei os quatro pé de limão, cravo, Taiti, galego e outro. Quando eu coloquei ele no chão aqui era puro eucalipto deitado, quanto limão eu

joguei, quantas pessoas já levou. Por isso que eu te falo a gente tinha uma vontade que eu ia correndo daqui pra lá quando o Elio chamava. Agora tanto faz eu ir ou não, tanto faz eu falar ou não, tem aquela coisa dentro de você.

Perguntamos se ela se sentia cansada?

Não é cansada é a falsidade, a própria companheira que te trai, sendo se o negócio aqui era união e vamos falar em união.

Ao ser indagada sobre o assentamento, o que esperava, ela respondeu:

O que eu sonhava eu fiz bastante, Deus me deu ajuda de muito companheiro, mas eu queria, tenho uma vida mais tranqüila, e autoridade, tenho o direito e poder de olhar mais, organizar mais, porque não adianta você pedir financiamento e não ter fiscal para acompanhar para ver o que vai fazer com o dinheiro, não é porque ele vai gastar o dinheiro todo, é pra ensinar, ele gasta o dinheiro. Põe seu marido aqui ou o meu genro que esta estudando pra carpir, ele não carpi. Então dizem amanhã vai R\$12.000,00 para o assentamento pra cada um, oh a semana que vem, vai uns quatro técnicos para coordenar e orientar ele, planta quinhentos pés de mandioca, quinhentos de limão, laranja, uma verdura, usa tanto tempo. Tal dia ele vem aqui um técnico vem te orientar como funciona o negócio, você tem poder, tem eles não fazem, eles ficam sentado e ele não anda e ganha do governo sem trabalhar e teria que ter pra

fazer proveito do dinheiro do governo, que o dinheiro não é capim.

Com clareza Dona Sirlei afirma:

Tem muito que fala ah eu peguei R\$12.000,00, nun trabalha não pra ver, eu peguei e apliquei, daqui a cinco anos eu já tenho pra pagar, e eu tenho a colheita do café, eu tenho 30 saca do ano passado e eu sei que vai sai daqui um caminhão cheio, quer dizer que eu tenho de onde pegar, vai lá e eles dizem que lá não tem carro de dinheiro, não porque eu sou melhor que os outros, mas não desfaz dos outros não, no banco eu tenho dinheiro, o que eu queria aqui eu tenho tudo só não tenho apoio, eu queria o dinheiro que ta prometido prá arrumar essa tapera, que eu não precisava tá morando nisso aí, não é luxo uma coisa melhor né, porque eu acho que a gente merece pelo menos aonde a gente dorme e promete, só promete e não vem, eu queria reformá essa casa, faze um chiqueiro bem feitinho, faze uma granja. Tudo ta ótimo, o resto tá bom pros filhos, mas tá difícil porque o governo, você vê quantos plantam e quantos comem. Vamo para pra pensar quantos plantam e quantos comem? E ainda graças ao bom Deus tem muitas entidades que tão indo atrás procurando, antigamente não tinha isso, esqueceram do povo. Agora tá tão difícil, que o bicho vai pegar de verdade que uma entidade aqui cata mais cem, mas ali mais um arroz aqui de primeiro não tinha isso. (Dona Sirlei)

Após um pequeno intervalo continua,

Sabe no que eu acho que eu errei em tudo aqui dentro desse acampamento, o tudo restante tá tudo beleza. Eu formei, a primeira fruta foi o maracujá, a hora que eu fiz o suco daquele maracujá eu tinha primeiro feito o primeiro requeijão, eu sentei naquela floreira tava sozinha aí eu comi aquele requeijão e tomei aquele suco que nem se eu tivesse tomando uma hóstia e agradecendo a Deus e chorando e comi aquilo eu não merecia, parecia que eu nunca ia ver aquilo mais. Eu tinha passado uns tempos atrás eu comi esse maracujá, bateram foto da camionete, mas eu falo que abandonei os meus filhos por causa da terra, não existe terra, não existe nada que compre o amor de filho, o dinheiro não compra.

Todo este lamento foi muito porque na época em que ela entrou nestas terras os filhos adoeceram e quase morreram.

O Senhor Amélio revela não só seu sonho , como sua visão diante da situação de assentado.

Meu sonho, sabe qual é meu maior sonho, é uma palavra meio esquisita, que aqui dentro do acampamento fosse mais ou menos uma igualdade, de plantio, pra ficar beleza e é difícil porque eu vou falar uma franqueza, vai tá gravando aí?, aqui tem muita pessoa que você pode trazer malote de dinheiro pra ele aqui e daqui uns dias você pode

levar outro porque aquele já acabou, e ele não planta nada, porque ele tem aquela doença que cura quando ele abotoar o palito, a preguiça. Que que você acha, eu gostaria que aqui fosse como uma irmandade, tudo se eu tinha bonito o outro também e não precisa o peão planta café, nem criá gado, que é as duas coisas que eu falo que eu mais gosto, não você planta dois alqueires de mandioca, o outro planta batata doce, o outro gosta de plantar na estufa, que beleza. O duro é você chegar no lote e vê as crianças mulambentas e os pais e o dinheiro que cai na mão dele ele não sabe aproveitar, é por falta de instrução, não tem pessoa, só que eu vou falar o Meire é o tal negócio é a qualidade, o peão tem que ter qualidade, marido e mulher pra criar coisa boa.

3.4. Atuação do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo).

O assentamento Horto-Florestal Guarani é assessorado pelos técnicos do ITESP (Instituto de Terra do Estado de São Paulo) que é um órgão estatal que deveria atuar sistematicamente na defesa da Reforma Agrária, no caso específico de Pradópolis, o ITESP contribui prestando serviços técnicos aos assentados.

O Conselho Curador da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP, em obediência ao estabelecido no artigo 11, inciso VII, dos Estatutos aprovados pelo Decreto 44.944, de 31 de maio de 2000, aprova e resolve pôr em vigor o seguinte:

REGULAMENTO GERAL

TÍTULO I

Da Fundação e seus Objetivos

Artigo 1º - A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP, pessoa jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, de acordo com a Lei 10.207 de 08 de janeiro de 1999, regulamentada pelo Decreto 44.294, de 04 de outubro de 1999 e Estatutos aprovados pelo Decreto 44.944, de 31 de maio de 2000, tem seu funcionamento orientado por este Regulamento Geral, aprovado pelo Conselho Curador, na reunião extraordinária de 02 de dezembro de 1999.

Artigo 2º - A Fundação tem por objetivo o planejamento e a execução das políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.

Artigo 3º - Para consecução de suas finalidades, deverá a Fundação:

- 1.promover a regularização fundiária em terras devolutas, ou presumivelmente devolutas, nos termos da legislação vigente;*
- 2.implantar e desenvolver assentamentos de trabalhadores rurais, nos termos da Lei 4957 de 30 de dezembro de 1985 e legislação complementar;*
- 3.prestar assistência técnica às famílias assentadas e aos remanescentes das comunidades de quilombos, assim identificadas;*
- 4.identificar, mediar e propor soluções para os conflitos fundiários;*
- 5.promover a capacitação dos beneficiários da regularização fundiária, das comunidades remanescentes de quilombos e dos projetos de assentamento, na área agrícola, e de técnicos nas áreas agrária e fundiária;*

6.promover a identificação e a demarcação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, para fins de regularização fundiária, bem como o seu desenvolvimento sócio-econômico; e

7.participar, mediante parceria, da execução das políticas Agrária e Fundiária, em colaboração com a União, outros estados e municípios.

Parágrafo único – Na consecução de suas finalidades, deverá a Fundação observar os princípios da sustentabilidade e efetiva participação de seus beneficiários(internet, itesp.sp.gov.br. acessado em 14/09/2004).

Amarildo técnico do ITESP, do setor de Gestão Social, é responsável pelo Horto Florestal Guarany, é psicólogo, e atua no assentamento como Técnico em Desenvolvimento agrário da Gestão Social.

Atualmente cuida destes dois assentamentos que são os maiores; dividir entre os funcionários o trabalho tanto na assistência técnica quanto na Gestão Social que são designados como Analista em Desenvolvimento Agrário, agrônomos, técnicos Agropecuários, Psicólogos, Assistentes Sociais, zootecnista e veterinário sendo um número menor na gestão social, em razão do número de família, que eles atendem e também pela questão geográfica, uns dos critérios para divisão do trabalho são as famílias atendidas.

O trabalho da Gestão Social é desenvolvido nas comunidades sendo este multidisciplinar, um técnico auxilia o outro pelo interesse comum de ajudar a comunidade, todos têm subtipos, cada um tem a equipe que atende em determinado assentamento com uma tarefa especializada em cada área.

O objetivo do Analista de Desenvolvimento na instituição é fazer com que as políticas públicas que já existem em outros órgãos públicos, municipais, estaduais ou federais, sejam acessíveis ao assentamento.

O Grupo de Gestão social tem por atribuições segundo o regulamento do ITESP:

- Elaborar, acompanhar e avaliar programas voltados para educação, saúde, esporte, lazer e cultura nas áreas de atuação da Fundação;
- Promover a integração dos órgãos, entidades e representantes dos diversos setores sociais que atuam junto às comunidades beneficiárias da Fundação;
- Estimular e apoiar ações que visem a organização e o desenvolvimento social das comunidades beneficiárias da Fundação;
- Elaborar o diagnóstico sócio-cultural das comunidades beneficiárias, bem como criar indicadores de desenvolvimento social;
- Acompanhar a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH ou similar;
- Elaborar relatórios técnicos e gerenciais necessários ao acompanhamento das ações”¹¹.(Artigo 57,ITESP,p.30).

Os técnicos do ITESP pretendem para o ano de 2005 reunir as pessoas do programa da família juntamente com o serviço social da prefeitura e conselho, para avaliar e analisar as famílias que não tiveram sucesso no assentamento, qual o motivo de 10 a 20% das famílias terem mais dificuldades. Para o ITESP todos receberam igualmente todas as políticas que foram disponibilizadas como o acesso a terra, os créditos e a assistência técnica, querem entender porque alguns tiveram desenvolvimento e outros não, com maior atenção para compreender qual é a dificuldade.

Segundo Amarildo,

A estratégia principal seria aproximar-se mais, não para oferecer ajuda, mas para se ter um olhar diferente,

¹¹ Estatutos da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”ITESP, fonte internet, itesp.sp.gov.Br. 14/09/2004.

identificar os problemas, assim como a questão do sucesso. Notamos que vinte por cento das famílias não vão ter sucesso, a maioria das famílias com atividades rurais assalariadas oferece um desafio da pessoa ser um empreendedor rural. Esse é o perfil da pessoa, tem que saber fazer conta e o trabalhador rural assalariado recebe todo mês, seja pouco, ele sabe o quanto vai ganhar; já o agricultor não tem essa certeza, pois sua realidade é outra, o agricultor organizado profissionalmente, além de que o ciclo dele é anual e não mensal; imagina o impacto da pessoa, é natural, isso vai acontecer ao longo do tempo e essas pessoas vão se adaptar a esse modelo ou eles vão assumir ou eles vão sair naturalmente. Às vezes as pessoas cobram dos técnicos e do Estado uma solução, mas fica difícil tomarem uma posição, tentamos orientar, que o assentado vai ter uma vida simples, talvez não tenha uma roupa nova, ou um sapato brilhando, mas ele vai ter a comida para sobreviver, e não vai passar fome, vai ter onde morar e ter uma vida um pouco mais digna.

O entrevistado expõe ainda que se não houvesse ali 273 lotes com famílias morando e plantando, seria um lugar só de eucalipto, com duas famílias morando para tomar conta do local, e onde estariam estes 273 lotes, hoje com um número de 335 famílias, é claro que na periferia das grandes cidades trabalhando, uma grande parte desempregada, sendo muitas analfabetas.

Na Gestão Social, sentem que as maiores dificuldades em lidar com os assentados são: melhorar a união, a organização e a comunicação entre eles

mesmos e com os técnicos no assentamento, pois embora estejam ali para orientar e ajudar, são do órgão do governo que representa o estado e isso muitas vezes ocorre um distanciamento, até mostrar que não são inimigos e sim querem realizar um trabalho social, é um tanto demorado, mas quando consegue resolve alguns problemas práticos é um trabalho que requer persistência, pois tem que mostrar que o foco que ele atua não é a pessoa, pois eles querem passar o problema pessoal de cada um, mas tentam mostrar que foram fazer um trabalho com o assentamento todo.

Existe um fenômeno interessante nos assentamentos, normalmente no período pré-assentamento, ou seja, acampamento, as pessoas tem uma união maior por uma luta pela terra naquele momento tal como passeatas, brincadeira. As pessoas que moram no acampamento que ficam vizinhas da casa do outro é um negocio até que natural também às pessoas quando se separam elas se desintegra o corpo físico eu acho que se o pessoal que consegue toma aquela força inicial Agora têm estrutura, têm casa, têm plantação, tem carro, tem carroça, tem creche, tem assistência técnica. O resultado seria muito melhor com iniciativa. Também eu acho que é um grande desafio da comunidade render mais até pra que eles possam conquistar outros patamares. (Amarildo A.D.A)

O Estado de São Paulo é o único que tem um órgão com 700 funcionários que cuidam diretamente dos assentamentos, que tem a gerência de desenvolvimento humano sendo esta dividida em grupo de sócio-economia e de gestão social. Na parte de gerência de recursos humanos esta o grupo de

desenvolvimento de recursos humanos e gestão social que é composta por inúmeros profissionais.

Em entrevista a outros técnicos do ITESP obtivemos a informação de que cada um tem uma formação profissional seja como engenheiro agrônomo ou técnico agrícola, porém no ITESP eles têm a designação de Analista em Desenvolvimento Agrário.

Ao iniciarem o trabalho junto ao assentamento Horto Florestal Guarany, os assentados já tinham mais ou menos uma delimitação de lote que eles mesmos fizeram; Não deixaram 20% da área para reserva legal de preservação permanente, conforme exigência da Lei das Florestas. (Lei 4.771 de 15 /09/1965), era tudo lote, os técnicos tiveram que fazer um planejamento, refazer toda medição de 310 lotes, passaram a ser 263, muitas pessoas que tinha lote dentro da reserva, precisaram ser removidas para lotes oficiais, foi um trabalho de convencimento para as pessoas saírem dessa área de preservação ambiental, e ocuparem um outro lote.

O trabalho realizado foi com base técnica, o ITESP fez análise de solo de todo o Horto Guarany, dos 4.100 ha, fizeram aproximadamente 500 buracos para avaliar a fertilidade que seria destinada à área de reserva legal. Os lotes que hoje compõem o assentamento ficaram com 273 famílias que ocuparam o local. Havia 344 famílias selecionadas, houve uma lista de espera que em questão de um ano terminou de assentar. No ano de 2000 começaram a ter problemas com os lotes vagos. E como não foi realizada uma seleção, havia pessoas que não tinha participado de nenhum processo de cadastramento, foram ocupados os lotes e ficaram com o problema de pessoas em condição irregular dentro do assentamento, isso persistiu até o ano de 2003 quando foi feita a 2ª comissão de seleção. No início de 2004 eles têm 36 lotes, que ainda estão por serem regularizados.

A partir de 2004 não há ninguém em área de reserva, as pessoas que ocuparam esses lotes foram para outro, o que há é um em Guatapará, oito famílias acampadas, dentro de uma área comunitária, essas famílias também participaram do processo de seleção, estão classificadas, e aguardam a hora de ocuparem o lote, legalmente.

O ITESP tem o controle de tudo, tanto os técnicos em Araraquara como os advogados que cuidam da parte legal, acompanham todo processo.

Ao serem interrogados sobre o documento de posse que os assentados questionam o Termo de Autorização de Uso; explicaram que tem uma cláusula dentro dizendo que é válido por três anos ou até que outro documento o substitua, tem a validade indefinida.

Os assentados não aceitam, acham que como tem esses três anos, se eles não produzirem terão que sair do local. O pessoal do ITESP acha que é porque eles têm pouco entendimento. Os assentados ouvem os Movimentos Sociais que fazem muita oposição ao ITESP, eles conversam e não tem um entendimento deste documento, saber se depois virá outro para substituir o atual.

O ITESP se defende dizendo que como eles fariam tantos projetos, como de energia elétrica e de poços artesianos, se fosse para durar apenas três anos. Porque que o ITESP iria destacar 50% do lote deles, se em três anos ia ter que renovar? Porque o ITESP daria calcário, se em três anos teriam que renovar. É muito difícil para o ITESP dar o prazo de três anos e tirar um assentado, isto não acontece de uma hora para outra.

Em parceria com a Prefeitura, ganharam dois tratores para fazerem reparo do solo. Em todos projetos foram feitas as orientações técnicas necessárias para que a pessoa pudesse iniciar sua atividade.

Segundo os técnicos, o pessoal do assentamento, é o único público com assistência 24 horas, eles têm técnicos no assentamento.

O problema desse pessoal , é que cai na falta de aptidão. Então teria que ter um trabalho de "Jardim de Infância", você pega o cara, coloca ele numa escola, fazer um tipo de curso mesmo, falar ó, essa semente você tem que usar nesse espaçamento, nessa adubação, sabe? Explicar tudo direitinho. Na época correta. Então é um trabalho assim, de aprendizado mesmo (Carluci técnico do ITESP).

Os técnicos acham que o grande problema é que alguns assentados não têm aptidão, pois acham que tudo o que vão fazer na terra é despesa, os técnicos falam para os assentados comprarem um saco de semente de milho, é 20 Kg, custa R\$45,00, é o milho da Secretaria de Agricultura, é uma variedade extremamente adaptada às condições do agricultor que dispõem de pouca tecnologia, *"não é o melhor milho"*, dizem os assentados,

mas vou ter que gastar, eu vendo meu saco de milho por R\$ 15,00 e vou comprar, que é 60Kgs., e vou comprar um saco de 20, que custa R\$ 45,00, então tem que gastar 3 sacos para comprar 1, e os técnicos continuam falando uma tonelada de adubo,dá para cultivar 1 alqueire (ha), ou seja, 2 hectares e meio, mais ou menos, que sai em torno aí de uns R\$ 700,00.

O assentado fala que é muito caro que não vai gastar isso, ele encara como despesa, e não como uma necessidade, para que ele obtenha maior lucro, maior rendimento. Essa é uma das dificuldades que os técnicos enfrentam, porque as pessoas que tem conhecimento, que sabem que tem que usar aquela

quantidade, aquele adubo, elas não falam que é uma despesa. Nesses momentos os técnicos percebem quem vai pra frente, e quem pensa que só está gastando, e não pensa no retorno.

Ao lado dos lotes há uma usina de cana de açúcar, que usa alta tecnologia como teste, o mesmo tipo de solo, a mesma produtividade. A usina colhe 100 toneladas de cana por ha, ao lado do assentamento. Os assentados chegam à terra descapitalizados e começam do zero, essa é a grande dificuldade.

Perguntamos aos técnicos se um dos problemas era a terra do horto, responderam que não, a terra é de boa fertilidade, o Horto Guarani, em termos de fertilidade deve perder só para Horto Boa Sorte, de Restinga, que é uma das melhores do estado de São Paulo, na região de Ribeirão Preto.

Ainda perguntamos porque falam que o eucalipto tira água do solo?

Responderam que não era bem assim, o eucalipto é uma cultura que exaure o solo, ele não deixa matéria orgânica, porque é só folha. Ao serem indagados sobre qual é a maior dificuldade com o eucalipto, responderam que é fazer a destoca (arrancar os tocos), porque corta a árvore rente ao solo, depois tem que vir uma máquina de esteira e arrancar esses tocos que ficaram, em seguida é aplicado o calcário para reposição dos nutrientes do solo, o ITESP está fazendo para alguns, outros fazem por conta própria. As pessoas vão percebendo que é possível ir corrigindo o solo após a destoca, e tendo condições de plantar.

O problema que os técnicos analisam é que a reforma agrária, não é só dividir uma fazenda e colocar as pessoas dentro, tem que dar recursos, não só o ITESP, qualquer órgão que cuide da Reforma Agrária nos outros Estados, inclusive o INCRA, poderia dar mais recurso para isso, fazer assentamento com uma infraestrutura, moradia, estrada, poço, energia elétrica.

Eles tem essa vontade de querer evoluir, ganhar dinheiro, ficar bem de vida, essa é a grande dificuldade desse assentamento, por isso que a gente quase não ganha respaldo técnico, mas por pior que seja uma reforma agrária, ela dá condições de trabalho, de alimentação, de moradia para aquelas famílias, tanto é que faz 12 anos tão aí e ninguém vai embora, então eles tão sobrevivendo dali, só que não tem dinheiro pra ficar bem de vida, pra ficar rico, pra andar de carro o dia inteiro, então eles nos falam não vai pra frente, mas ninguém vai embora, ta dando trabalho pra família, alimentação, moradia. (Nivaldo técnico do ITESP)

Dá a entender que esse tipo de ambição dos assentados, como sendo natural do ser humano, todos eles tem uma televisão, quer ver jornal, e saber tudo o que está acontecendo, e também, eles estão sempre na cidade de Pradópolis. È pela falas dos assentados que os técnicos percebem este fato,

Poxa! Mas se eu comprar uma tonelada de adubo e gastar R\$ 700,00 dá pra comprar 3 cestas básicas e dá pra comprar roupa, dá pra comprar a bicicleta do meu filho” (assentados), sabe, é um direito que a pessoa tem de ter o mínimo de conforto , então a gente enfrenta esse tipo de dificuldade, que aqui assim, praticamente é um assentamento urbano, porque faz divisa com a cidade mesmo. (Nivaldo técnico do ITESP)

Ao serem interrogados sobre como foi num primeiro momento após a medição dos lotes, o técnico do ITESP respondeu:

É, isso, num primeiro momento, todas as famílias receberam dois sacos de semente, num programa que o ITESP tem, de entregar semente, pegar no ano seguinte, o pagamento dessa semente. Com a produção, ele paga a gente com os dois sacos de semente e com esse pagamento aí, esse dinheiro é usado pra dar semente para outro assentamento. O Horto Guarani pegou dois anos seguintes de sementes, assim, não é bem de graça. (Carluci técnico do ITESP)

Os investimentos é via PRONAF, e o primeiro que eles pegaram foi no valor de 12 mil reais. Como eles tem uma necessidade muito grande de moradia, de investimento, parte desse dinheiro, foi para a manutenção familiar.

Questionamos aos técnicos se eles tinham uma porcentagem em relação aos assentados que deram ou aos que não deram certo?

É, e 20% cairia naquele problema, de você pedir o lote de volta, porque assim seria um pessoal que patina demais, não tem vontade de fazer, porque por menos que uma pessoa faça, ela consegue sobreviver dentro desse contexto, existem pessoas que... é até chato falar, mas não tem um pé de mandioca, ele prefere pedir a mandioca do vizinho e não traz nem a rama para plantar no lote dele pra depois ele ter e não precisar mais pedir sabe, ele acostumou a sempre pedir, então são esses casos assim extremos, que...(Técnico Carluci)

Uns 20% tão andando sozinho, agora, porém, eles tem, entrou numa condição igual todo mundo? Não. Tem gente

que o colega ajudou, vendeu a casa lá na cidade antes de vim pra cá e acreditou, investiu e trabalhou; não que os outros não tenham trabalhado, existe o fator da sorte também, tem gente que teve um pouco mais de sorte, pega um lote com água, que tem uma situação melhor com a irrigação, tem pessoas da família que ajuda, então entre esses 20% aí que eu falei que está muito bem, não olha pra trás, esses já estão andando sozinho, 70% não estão contente, querem mais e 20% já não acredita mais no amanhã, estão desanimados, estão aí vivendo de favores, trabalha na diária pra um, pra outro, para poder comer à noite, e na cobrança de saber: tem mais uma coisa pra nós? O Governo não vai mandar mais coisa?(técnico Carluci)

Os técnicos acreditam que muitos assentados estão acomodados, porque vão ao escritório do ITESP perguntar se tem mais dinheiro, Como não tem, eles vão até a prefeitura pedir cesta básica, remédio e tudo mais, criando assim um assistencialismo, acostumado a ganhar. Concluem que estes não deram certo por não terem raízes na agricultura, por não terem aptidão nenhuma, não tem vontade de aprender, e nem de fazer.

Você vai no lote e fala assim: e aí? Como é que é, vamos fazer um hectare de arroz aqui, ou meio de feijão pra você. Mas eles falam que não tem dinheiro, não consigo gastar, não tenho de onde tirar, sabe! (Carluci Técnico do ITESP)

Muita gente, dentro desses 20% aí, chega aqui, aí você fala: e aí, como é que vai fazer? Você não vai plantar? Você não vai fazer nada no seu lote? Aí antes de vim os recursos, aí eles falam assim: Como é que eu vou fazer isso se não tenho financiamento?! Se eu não tenho de onde tirar o dinheiro para fazer tudo isso. Depois que eles receberam esses recursos aí, você vê que eles gastam muito mal, apesar de ter sido orientado de como fazer da melhor forma!, e voltou naquela condição que ele tinha anteriormente, de estar esperando tudo cair do céu, e a análise nossa é estritamente técnica, porque condições pra começar eles tiveram, todos tiveram, inclusive esses 70% que nós falamos pra vocês, eles estavam na mesma condição desse pessoal de 20% aí, e não deu certo percebeu? Porque esse pessoal quando pegou um dinheiro aí, ou bem ou mal, ele deu um 1º passo ? Deu uma alavancada ? Então hoje ele tem como ficar dentro do lote.

(Carluci Técnico do ITESP)

Se houver a necessidade da retirada desses assentados, que não deram certo, o ITESP cria o sistema só de análise técnica, da produção, não se analisa a parte Social.

Questionamos porque o pessoal da cidade quer pagar menos ao produto do assentado. Responderam-nos que é porque eles acham que os assentados são desinformados , qualquer preço está bem pago. É um preconceito que as pessoas têm com os que moram em assentamento, aproveitam porque estão precisados de dinheiro, compram até com cheque que não tem fundo, a orientação

dos técnicos, tanto para quem está bem ou para quem está mal, é vender em dinheiro.

A gente fala: Ó pessoal começa exigir dinheiro vivo, porque se o cheque é bom, ele desconta o cheque e vem trazer o dinheiro pra vocês. A mentalidade do pessoal esta mudando bastante, já começou a mudar muito, assim, esta acabando esse negócio de o pessoal aproveitar dos... que eles acham que eles são os mais necessitados aí! Porque eles chegam aqui e perguntam pro Nivaldo, pergunta pra mim, pergunta pro Renato: Ó, quanto ta a saca de milho hoje? A gente fala ó: Você não pode vender por menos de R\$ 16,00, certo? Então ele sai daqui com aquilo na cabeça, quando o cara vai lê e fala ó: Te pago R\$ 12,00, ele fala: Não, ta R\$ 16,00 no mercado, eu sei que ta R\$ 16,00, porque você quer me pagar R\$ 12,00? Aí o cara fica até sem jeito. (Carluci Técnico do ITESP)

Nas visitas que os técnicos do ITPESP fazem aos assentados procuram conversar, orientar e passar o preço da produção e da venda, estes têm noção de quanto está custando o saco de arroz, de feijão, milho.

São vários fatores que interferem nessa comercialização, o primeiro o deles é que o assentado prefere comercializar no assentamento, negocia o preço que ele quer e vende dentro de casa, isso é muito bom para eles e não para quem está vindo comprar o produto, o assentado não tem estrutura para ir oferecer nos grandes centros, não tem como carregar um caminhão de vassouras e ir a São Paulo fazer um contrato com uma empresa e permanecer no mercado, no próximo ano não querem mais vender vassoura, querem outro produto, por ex: cabotiã,

milho. O assentado não é fixo no mercado, permanecer com qualidade, preço, quantidade, é muito difícil.

Os 60% , estão dentro da faixa de subsistência e começando a ter um excedente para comercializar, os 20% estão dentro da agricultura familiar, é o pessoal que tem mais tradição, e mais produção.

Todos os lotes praticam agricultura familiar sendo que alguns ainda comercializam. Na agricultura de subsistência todos sobrevivem da colheita e têm alguns que vendem, por exemplo: tem 200 sacos de café por ano, ele toma 5 sacos e vende 195.

Para a conservação do leite, os assentados conseguiram um refrigerador com financiamento do PRONAF, atualmente entregam 1200 litros por dia, é um pequeno grupo que está entregando em São Carlos, queijo só mesmo para consumo.

A compra dos animais também foi feita pelo PRONAF, e fazem o silo com orientação do ITESP, SEBRAE e Instituto de Zootecnia de Ribeirão Preto.

O SEBRAE sempre faz reuniões sobre algum tipo de associativismo, cooperativismo, para que o assentamento tenha mais união, no momento está realizando cursos de capacitação para divulgar a cultura do abacaxi e do maracujá, depois que isso estiver implantado, o ITESP continuará dando assistência técnica dentro dessas atividades novas.

O pessoal que reside em volta da lagoa, é o que mais se desenvolve dentro do assentamento, porque o lote está próximo da água, portanto têm melhores condições.

3.5. Recursos e a realidade dos assentados

A Universidade Federal de São Carlos (UFISCar) absorve 80% da produção das estufas, os 20% Pradópolis e na feira livre de Barrinha e Guariba.

Para a melhoria do assentamento, também existe o sistema de parceria com empresas que produzem semente, há duas empresas dentro do assentamento que beneficiam o produtor com a semente; o produtor planta, elas compram toda a produção, cobram a semente no momento da compra da, tudo com contrato, com preço de compra já estabelecido na colheita, o que permite ao produtor ver quanto ele terá de lucro.

A empresa Piraí Sementes é do Paraná, desenvolve esse trabalho há quatro anos, e a outra tem a parceria desde 2003, é a antiga Semente na Terra, hoje Na Terra, que trouxe 600 kg de sementes e distribuiu para mais ou menos dez agricultores. Se o resultado for bom, e se o produtor também achar que compensou essa parceria, a idéia é dar continuidade. É um grande avanço para o assentamento, porque, nesse modo de plantio, o campo é fiscalizado, é considerado como produtor de primeiro mundo; quando a produção for entregue, o produtor vai ser beneficiado e quem comprar esses produtos, vai estar comprando produtos de qualidade.

São poucas famílias que estão nesse projeto: são 10 com a Na Terra, e 40 com a Piraí.

Elas entregam a semente e o pessoal do ITESP acompanha todo o processo, e o assentado não vai precisar comprar o saco de milho. A Na Terra procurou o ITESP e fizeram uma reunião com as pessoas do horto, a partir dessa reunião, um pequeno grupo aceitou entrar no programa.

Alguns assentados que não se interessaram porque não queriam ficar presos a um contrato e pensam que a empresa vai explorar. Todos tiveram

oportunidade para entrar. A quantidade de produção vai depender da necessidade da empresa que pode limita-la. A empresa prefere trabalhar com os assentamentos porque dá certo para elas e por ser uma cultura de fácil manuseio.

Todo o assentado que está com o lote regularizado possui energia elétrica, e os irregulares não, porque, na época em que foi feito o projeto, a companhia e o próprio ITESP alertaram sobre este procedimento. Agora, à medida que vai regularizando a situação das pessoas dentro dos lotes, elas também vão tendo acesso à energia elétrica, de maneira fácil e justa para todos.

As reuniões do assentamento acontecem no primeiro sábado de cada mês, os técnicos do ITESP não participam, primeiro porque é de sábado, eles não trabalham e segundo porque é uma reunião entre os assentados. A reunião com o ITESP acontece uma vez por mês, durante semana. Cada rua tem 30 a 40 lotes,, com um coordenador por rua, sendo 12 representantes.

Em relação aos poços artesianos o ITESP não tem a responsabilidade de fazer a distribuição de água lote a lote, para isso a comunidade precisa se unir e tomar providências. Cada um busca como pode, de carroça, caminhão, de trator, a prefeitura traz um caminhão pipa que é abastecido no próprio poço do assentamento e distribuí nas casas, anteriormente a água vinha da cidade. Quanto à conta de energia elétrica e do poço, eles pagam a prestação da instalação da energia elétrica, que é de R\$ 40,00 pelo uso não pagam nada. Os assentados de Guatapará, outro assentamento próximo, estão pagando, pois a prefeitura não assumiu o poço, o ITESP propôs a doação, porém a prefeitura de Guatapará não quis, ao contrário da prefeitura de Pradópolis, que aceitou a doação de dois poços e paga a conta. Em Guatapará existem 60 assentados.

Para obter o poço artesiano o ITESP fez uma rede de 14 km para precipitar os poços que a prefeitura perfurou, e depois foi feito um projeto

complementar que os próprios assentamentos estão pagando; em relação a energia elétrica, pagam R\$40,00 reais pela prestação e R\$3,70 pelo consumo.

Saneamento básico não existe, o pessoal fez fossa. Procurou-se o FEIDRO, um projeto da Secretária da Agricultura, que fornece verba para fazer as fossas sépticas. A UFSCAR tem o modelo; o recurso é difícil, o custo é de aproximadamente R\$800,00. Esse sistema se baseia na fermentação dos dejetos, depois da qual a água é depurada, e ainda se pode usar o resíduo como fertilizante, o que não traz nenhum problema para a agricultura.

A Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) foi à entidade que deu muito respaldo para o pessoal persistir na luta pela conquista dessas terras do Horto Guarani, fazia muitas reivindicação junto ao INCRA, junto ao Governo do Estado de São Paulo e verificava o que era destinado à Reforma Agrária, até hoje a FERAESP exerce muita influência no Horto, pelo histórico de luta, dá apoio e incentivo.

Atualmente a FERAESP mantém uma certa estrutura em Araraquara, algumas coisas que os assentados acham importante reivindicar, procuram muito essa federação que tem uma grande força nessa região, tem facilidade de chegar a qualquer entidade governamental para fazer reivindicações.

A atuação da FERAESP é simplesmente política, porque a administração do assentamento é do ITESP, e do INCRA, através dos programas que possuem para Reforma Agrária em nível nacional. Com esses programas o INCRA também atende o assentamento no estado de São Paulo e, atualmente, está com um programa de habitação no Estado de São Paulo e em Pradópolis, são 5 mil reais em material de construção para começar a fazer a casa, terminar ou ampliar e para pagar em 20 anos, quem pagar em dia, pagará só a metade, é um crédito muito bom.

Nem um outro sindicato ou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nem o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra conseguem entrar no assentamento, porque existe muito receio, por parte deles mesmos, eles fazem um acordo por região e cada uma tem seu movimento social que representa os trabalhadores rurais.

A prefeitura tem ajudado muito, atuando diretamente com assistência social, tem o médico, escola, saúde familiar (PSF), transporte das crianças até a escola, curso noturno para adultos, busca o pessoal dentro do horto e, terminada a aula, leva de volta.

Constatamos que os técnicos encontraram no início de sua atuação dificuldades em relação ao trabalho coletivo e à falta de confiança.

Em relação ao solo, os técnicos fizeram a seguinte observação:

Parte do solo já foi corrigida, 50% dos lotes já pode ser explorado bem. Todos os lotes já pode ser explorado de maneira satisfatória, a correção do solo foi feita com calcário, fora a matéria orgânica das culturas que eles vão colher e mais a adubação verde. (Carluci Técnico do ITESP).

Alguns lotes não têm água, essa é uma das dificuldades, a lagoa e os poços artesianos existem, mas 60% dos lotes são secos. Pega-se água do poço, que tem 50m de profundidade, com o balde, o que a prefeitura leva é só pra subsistência.

No planejamento, na hora de distribuir a área, existe um tamanho mínimo de 10 hectares para cada lote, não poderia ser menor para que todos ficassem perto da lagoa, pois os lotes ficariam estreitos demais. Quando os técnicos

chegaram para dividi-los, as famílias que estavam perto da lagoa permaneceram e ninguém do assentamento se preocupou com o fato de estar perto da lagoa ou não.

Outra dificuldade é a questão da educação, pois a desenvolvida na escola é a formal e a maioria do pessoal é de pouca escolaridade.

Entretanto a dificuldade maior que os técnicos têm encontrado é com a comunicação, como eles não podem ir em cem casas por dia, uma parte eles visitam e fornecem a informação, e outra parte vai ao escritório, mas com opiniões diferentes.

Outro problema, na opinião dos técnicos, é a vinda dos assentados à cidade, vêm de charrete, à cavalo, se embebedam e brigam. A proposta é mantê-los no campo, trabalhar, cuidar da família e se sustentar.

Quanto ao lazer o ITESP informou que tem algumas propostas, talvez, para o futuro, a quadra poliesportiva.

Em termos de eleição, os técnicos são neutros, mas pensam que a população do horto ao lado de Pradópolis tem condições de eleger tranquilamente dois vereadores, mas eles não conseguem fazer, porque pensam que o colega de assentamento, depois de eleito, não ajudará, a opinião dos assentados é que:

Ele vai entrar lá dentro, ele vai ganhar, eu não vou ganhar, ele não vai trabalhar pra mim, não vai fazer nada pra mim, porque eu vou votar nele? É a mesma falta de união que havia entre os assentados no início da ocupação.

Os técnicos orientam que se eles se unissem, escolhessem os representantes que confiam dentro do assentamento, e elegessem e colocassem essas duas pessoas numa câmara de nove vereadores, seria muito bom para o assentamento.

Questionamos se ocorre algum tipo de violência no horto, os técnicos nos responderam que não, às vezes, em virtude de alguma bebedeira, acontece alguma coisa, melhorou muito, a situação dessas famílias evoluiu, com o desmatamento, com a iluminação da área e as pessoas vão se organizando, diminuiu em 90% a violência. Quanto à problemática social nas famílias, 10% do horto tem problemas familiares, como acontece dentro da cidade, os problemas são sempre os mesmos.

No assentamento há um galpão que está sendo construído em parceria com Prefeitura, ITESP e assentados, será um galpão de múltiplo uso, o ITESP entra com o material, a mão-de-obra dos assentados e a parte técnica dos engenheiros e mestres-de-obras é da prefeitura.

O posto de saúde do assentamento, que é possui uma técnica em enfermagem, a agente comunitária da saúde e o médico, faz um trabalho com diabéticos e hipertensos, tem a campanha de vacinação e, em todas as quartas-feiras, faz o atendimento é de manhã, das 8h até as 11 horas. É mantida uma agenda que é organizada por dia, por exemplo: quarta-feira de manhã é para os diabéticos, e, à tarde, atendem os hipertensos que é a maior demanda no assentamento.

O agente de saúde, uma vez por mês, faz visita à casa das pessoas que não podem ir ao posto do assentamento, por falta de recursos, são pessoas idosas, doentes com hipertensão, que necessitam de controle da pressão.

O programa de prevenção é feito na cidade. No assentamento, pelo Programa Saúde da Família, são analisados apenas os problemas de saúde em geral, só em casos de necessidade, encaminha-se ao médico, com agendamento prévio, quando é feito um levantamento para detectar possíveis doenças.

São dois Agentes comunitários dentro do horto, quando algo mais grave ocorre, eles atendem emergencialmente sem o prévio agendamento, como de rotina.

No sítio São Gonçalo, constatamos uma variedade de produção de hortaliças, cultivadas a céu aberto, irrigadas, sem estufa, que contém as mudas. Há plantações de berinjela, couve-flor, repolho, alface, beterraba. Toda produção é orgânica sem o uso de agrotóxico.

O sr. Gonçalo que é proprietário desse sítio há doze anos e moram nele, ao todo, cinco pessoas, ele não tinha conhecimento na agricultura, mas com sua força de vontade de trabalhar e vencer, com apoio técnico da Universidade Federal de São Carlos, que, por meio de um convênio, uniu a vontade de trabalhar, mais a terra produtiva com a experiência técnica agrária da universidade, conseguiu um bom trabalho. Hoje, sr. Gonçalo fornece, para o restaurante da Universidade parte da produção, a outra vai para a cidade de Pradópolis e o restante para consumo próprio. Pretende-se expandir para outras universidades.

O sítio possui um tanque que armazena a água que vem da lagoa, puxada por um motor que envia para mangueiras do sistema de goteira, é um sistema bem econômico.

O Sr. Gonçalo nos relatou parte de sua experiência neste assentamento:

Ah!... o que tem de bom que, apesar de no início foi difícil pra nós, mas de 3 anos atrás pra cá ta tô satisfeito, contente. Que a gente tem aquela expectativa de vida sabe? Sabe que vai melhorar. Nós sofreu muito de início com essas plantaçoão, mas já a gente vai adquirindo

experiência então a gente vê que tem um, tem como a gente melhorar.

No sítio, tudo é aproveitado, da criação de frango, se tira o esterco, que vai para as plantas e nas plantas retorna para o frango que come as folhas que não servem.

O Sr. Gonçalo não possui pomar e são poucas árvores em seu sítio, no entanto vai plantar as mudas que a UNESP de Jaboticabal, em parceria com o pessoal da planta verde, vai doar.

Infelizmente temos o casos de outros assentados que praticamente não têm comida todos os dias, como é o de uma assentada que possui o lote longe da lagoa, sua situação é um tanto quanto difícil e ela nos relata:

Eu não sei mais o que faço, os toco dos eucalipto tão acabando,vai pará de faze carvão e nós vamo ficar com fome. É difícil, viu, se não há água não tem serviço e a gente fica pra trás... (declaração de uma assentada Dona Leni, do Horto Florestal Guarany, dada em julho de 2003)

Considerações Finais

Se a terra é um bem finito, se é para todos, então devemos nos aprofundar na história da propriedade de terra para resgatar do passado o porquê de tanta desigualdade e entender por que, até hoje, algumas pessoas são proprietárias de grandes quantidades de terras e outros não, é preciso considerar também, nesse contexto, os que possuem pequenas propriedades e juntos produzem muito para o país.

Nosso país é muito rico em terras e em produção, entretanto a maioria da população é pobre e as estatísticas de que muitos passam fome é espantosa.

O que podemos nós do Serviço Social resgatar da luta pela terra para amenizar tantos conflitos? Esta pesquisa procurou demonstrar que, através de um fato, uma luta real pela terra para plantar, é possível ter uma vida digna.

É importante passarmos para o meio acadêmico e para a sociedade o que realmente o trabalhador rural é, pessoa que luta, planta, colhe e sofre, é vida também.

A história da terra é importante, o povo come do fruto dessa terra, em nosso país, tudo o que se planta dá, e a mídia não transmite à história real, procura demonstrar que, em relação ao sem-terra só existe violência, que são invasores, e a sociedade acredita. O passado de coronelismo e o capitalismo imperam.

Nas escolas, não são contadas as histórias das guerras que constituíram a luta pela terra, não ensina que a terra é para todos, dá-se ênfase aos grandes latifundiários.

Se conseguirmos, neste trabalho de dissertação, retratar esse pequeno assentamento, que permaneceu como acampamento por oito anos, sem ajuda alguma do governo, e sobreviveu à custa de muita luta, muito sacrifício, porque muitos tinham suas raízes na agricultura, e porque outros sonhavam com um

pedaço de terra e sabiam que, num país capitalista, só conseguiriam seu pedaço através de ocupação, será de grande êxito.

Os assentados foram muito criticados, pois ocuparam o Horto Florestal Guarany, que era da Companhia de Ferrovias do Estado de São Paulo (FEPASA), do governo do Estado de São Paulo, produzia o eucalipto, uma madeira nobre para construção das ferrovias, porém não mais utilizada, então, porque não utilizar essa área para subsistência de tantas famílias?

A população das cidades vizinha argumentava que, arrancando o eucalipto, se prejudicaria a saúde dos moradores, pois ele trazia ar puro. Por outro lado, sabe-se que tira também água da terra e vinte por cento dessa área foi preservada como Reserva Florestal, como manda a lei, e hoje as populações dessas cidades vizinhas são beneficiadas com boa parte da produção do assentamento: frutos, legumes, verduras, tudo fresquinho e saudável, e ainda uma infinidade de outros produtos, produtos do suor do trabalho daqueles que foram criticados, deixados de lado, porque queriam um pedaço de terra para morar e sobreviver.

Acadêmicos e sociedade só conseguirão entender esta luta se aprofundarem seus conhecimentos na história da terra que aqui é retratada em algumas etapas, se conhecerem a história destes pequenos agricultores.

Esperamos que a presente dissertação possa mostrar uma lição de luta, inteligência, perseverança e vitória como podemos perceber na produção, cultura, educação e moradia no assentamento pesquisado.

Qual o papel que o Assistente Social deve desempenhar neste contexto da Questão Agrária?

Considerando que a Reforma Agrária traria possíveis soluções para inúmeras questões sociais, sejam elas de trabalho, de habitação, de educação, de

alimentação entre outras, cabe ao Assistente Social adquirir conhecimento teórico-metodológico da realidade dos movimentos sociais e, a partir daí atuar como mediador de conflitos; não com uma visão assistencialista, mas no sentido de levar os indivíduos a perceberem que têm direito de se organizarem e lutarem por si mesmos. Sua atuação deve ter como princípios o código de ética que assegura a liberdade, a consolidação da cidadania, da democracia, e, especificamente, a equidade e a justiça social. Estará, então, sendo justo à causa dos sem-terra e seu trabalho desenvolvido.

É esse o desafio do profissional do Serviço Social: atuar de forma que essa visão do sem-terra seja diferente ao olhar da sociedade; analisar a atuação do profissional nessa realidade, na nossa atualidade, nesta era da globalização, em que alguns direitos são renegados no processo de modelo agrícola neoliberal que está implementado.

Nas entrevistas, percebemos o quanto alguns assentados estão com problemas de saúde, sentimos também que muitos estão depressivos por razões diversas que vêm desde o sofrimento pelo tempo trabalhado, pelos anos de luta, pelo descaso dos órgãos públicos e até pela falta de união entre os próprios assentados.

Por esses motivos existe uma desigualdade no assentamento, alguns lotes são um exemplo em desenvolvimento, possui suas estufas, suas plantações e comercializam sua produção, outros têm carência em moradia, de alimentação, de plantação e precisam, muitas vezes, de uma cesta básica, por essa razão não se pode dizer que foi uma conquista real, mas que existe uma difícil realidade.

Em anexo, temos um gráfico sobre o desenvolvimento de cada assentado que conseguimos através do órgão do ITESP, ele retrata um índice de mais ou menos 22% (vinte e dois por cento) que tiveram sucesso, 20% (vinte por

cento) que estão em dificuldades e o restante, 58% (cinquenta e oito por cento), estão razoavelmente, considerando que eles conseguiram créditos há cinco anos somente.

Quando nos deparamos com a realidade deste assentamento, entendemos o que o escritor e sociólogo, José de Souza Martins, escreve, como é claro o que o assentado passa quando vê seu trabalho sendo explorado, há desânimo, tristeza, pois pelo que já vimos nas entrevistas, na cidade paga-se um preço real pelo produto de grandes agricultores e, quando se trata do assentamento, querem pagar menos da metade, como no caso das vassouras e do carvão. É injusto a pessoa considerar que os assentados não sabem o valor do próprio produto e não querem pagar o que é válido. O que não se percebe é que o assentado trabalha até mais, pois não tinha recursos, a mão de obra é familiar, trabalha aos sábados, domingos e feriados, e não existe ninguém que possa resolver ou amenizar seus problemas.

Esse assentamento já conseguiu muitos benefícios com toda luta nesses anos, hoje os assentados podem contar com energia elétrica, água potável, posto de saúde, projeto de habitação, e início de produção independente ou com parcerias.

Outro aspecto importante nesse assentamento é o sincretismo religioso, pois, num total de apenas 273 famílias, encontramos duas (2) igrejas católicas e três (3) igrejas evangélicas.

A pergunta que fica é: onde está a Reforma Agrária? Onde estão os direitos das pessoas e dos trabalhadores assegurados pela constituição?

É necessário que as pessoas percebam o valor real dos sem-terra, gente humilde e trabalhadora, construtora da história deste país, porque todos os que lutam pela Reforma Agrária são construtores desta Nação.

Bibliografia

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 50, Abril de 1996.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:elaboração de trabalhos na graduação**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1993.

ARAUJO, Severina Garcia de. **Assentamentos rurais, trajetória dos trabalhadores assentados e cultura política**: Assentamento Fazenda Zabelê. In Questão Agrária, Movimentos Sociais e Meio Ambiente. 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. (10ºCBAS), Rio de Janeiro, outubro de 2001.

ARGUMEDO, Manuel Alberto. "Em busca de uma metodologia de ação institucional: uma experiência de pesquisa e planejamento participativo nos sertões do Canindé". In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). "Re-pensando a pesquisa participante", São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984, pp 189-222.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2000.

BOVÉ, José; DUFOUR, François; Entrevista com Gilles Luneau. **O Mundo não é Mercadoria: Camponeses contra a comida ruim**. São Paulo. Editora UNESP, 2001.

BRASIL, Lei n.º 4.214, de 2 de março de 1963. Lei que dispõe sobre o "**Estatuto do Trabalhador Rural**". Brasília: Congresso Nacional, 1963.

_____, Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964. Lei que dispõe sobre o "**Estatuto da Terra**" e dá outras providências. Brasília: congresso Nacional, 1964.

_____, Lei n.º 4.771, de 15 de setembro, 1965. Reservas Naturais. **Proteção das Florestas Naturais**. Brasília: congresso Nacional, 1965.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil**. 21.ed. São Paulo: atualizada e ampliada. Saraiva, 1999.

Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 5: **Intervenção e Pesquisa em Serviço Social** – Brasília – UnB

CFESS-Conselho Federal de Serviço social. **Código de Ética do Assistente social**-3.ed. Brasília: conselho Federal de Serviço social, 1997.

CHAVES, Christine de Alencar. **A Marcha dos Sem-Terra: Um estudo Sobre a Fabricação do Social**. Núcleo de Antropologia da Política. RELUME E DUMARÁ, RIO DE JANEIRO, 2000.

Construindo o futuro: **Política de Investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados**. Série cadernos ITESP. 2.ed. São Paulo. ITESP: Páginas e letras, nº10, out.2000.

Cultivando Sonhos: **Caminhos para a assistência técnica na reforma agrária**. Série cadernos ITESP. 2.ed. São Paulo:ITESP: Páginas e Letras, nº7, out.2000.

Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa-Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Obra em 19 fascículos semanais encartados na Folha de São Paulo, de outubro de 1994 a fevereiro de 1995. Editora Nova Fronteira.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1971.

_____, **A era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

FERNANDES, Flávio Rego; LUCENA, Maria de Fátima Gomes de. **As contradições entre os pressupostos coletivizantes que fundamentam a luta pela terra e as práticas que os negam na realidade do assentamento modelo I**. João Câmara/RN. 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.(10ºCBAS), Rio de Janeiro, outubro de 2001.

GOHN, Maria Da Glória, **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros**. 2.ed. março de 2001. São Paulo: Loyola, 1995.

Dicionário eletrônico HOUAISS da língua portuguesa, Versão 1.0 Dezembro de 2001. Instituto Antonio Houaiss, produzido e distribuído por Editora Objetiva Ltda. KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **A Morte dos coronéis: política interiorana e poder local**. Cultura Acadêmica Editora. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo, 2000.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEHEFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia científica: Um guia para iniciação científica**. 2.ed. São Paulo: makron, 2000.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa Qualitativa, um instigante desafio**. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre identidade (NEPI). Veras Editora. São Paulo, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: O impossível diálogo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

_____, **O Poder do Atraso, Ensaios de Sociologia da História Lenta**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____, **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____, **Expropriação & Violência (a questão política no campo)**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (organizadores). **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil, Processos Sociais e políticas públicas**.

Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/CPDA. Porto Alegre/Rio de Janeiro, 1999.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina**. Obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.(Temas Sociais).

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

Mudanças Legais Que Melhoram E Apressaram As Ações Da Reforma Agrária. **Reforma Agrária Brasil: nunca se fez tanto nesse campo**. Brasília, 2001.

NEAD, Estudos 2. **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Edson Teófilo (org.) et alii. Brasília, 2000.

NEAD, Estudos 3. **Intervenção estatal no mercado de terras, a experiência recente no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Bastiaan Philip Reydon (coord.), Ludwing Agurto Plata. Campinas, 2000.

NEAD, Estudo 4. **COOPERATIVAS CRÉDITO SOLIDÁRIO, Constituição e Funcionamento**. Gilson Alceu Bittencourt. 2.ed. Revisada. 2001.

NEAD, Estudos 5. **A ECONOMIA DA REFORMA AGRÁRIA: evidências internacionais**/Ministério do Desenvolvimento Agrário. Edson Teófilo (org.) et alii. Brasília, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino IN: **Geografia do Brasil**, São Paulo, Edusp, 1986, p.467-534.ROSS, Jurandir L. Sanches (org.).

_____. **A Geografia das lutas no campo**. 10.ed. São Paulo: 2001. Repensando a Geografia.

_____. In: **A questão agrária hoje.**, Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994, O campo brasileiro no final dos anos 80, p.45-67. STÉDILE, João Pedro (org.).

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4.ed.. São Paulo: Contexto, 2001- Caminhos da Geografia.

PETRY, André; OINEGUE, Eduardo. **O que eles querem**. Revista Veja. São Paulo, ed.1549, ano 31, nº22, p.42-8, 3 jun.1998.

RICHARDSON, Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnica**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Maria Lucia; NEVES, Noemia (org.) **Cultivando a pesquisa: reflexões sobre a investigação em ciências sociais e humanas**. Franca: UNESP, 1999.

ROSA, Ubiratan.(coord.).**Minidicionário Compacto da Língua Portuguesa**.equipe de atualização e revisão Ana Teresa Pinto de Oliveira, Irene Catarina Nigro,9.ed.São Paulo:Rideel,1999.

SCHWARTZ, Christian. **O maior latifundiário do Brasil**. Revista Veja.São Paulo, ed.1696, ano 34, nº15, p.106-7, 18 abr 2001.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 20.ed. rev. ampl. São Paulo:Cortez,1996.

SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. **História do Brasil**. 2.ed.. São Paulo: Ed. Moderna, 1983.

SILVEIRA, Ubaldo. **Igreja e Conflito Agrário: a Comissão Pastoral da Terra na região de Ribeirão Preto**. Estudos 2 Unesp de Franca, 1998.

_____,**REFORMA AGRÁRIA: A esperança dos “Sem-Terra”**,UNESP-FHDSS,2003.Campus de Franca.

_____,**A Região de Ribeirão Preto e a Luta dos Trabalhadores Rurais pela Terra**. 2004. 191 f. Tese (Livre Docência – Faculdade História, Direito e Serviço social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004).

SILVESTRO, Milton Luiz et alii. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/ Ministério do Desenvolvimento Agrário,2001.

Sítios e Situações: **Planejamento territorial e cálculo de módulo para assentamentos rurais**. Série cadernos ITESP. 2.ed. Ver. E ampl. São Paulo:ITESP: Páginas e Letras, nº4, out 2000.

STÉDILE, João Pedro (coord.). **A questão agrária hoje**.Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

_____, **Questão Agrária no Brasil**, coordenação Wanderley Loconte- São Paulo: Atual, 1997.(Espaço e Debate).

REVISTA DE DIREITO AGRÁRIO. Ano 17 nº15. Brasília 1º Semestre/2001.
Terra e Sangue. Dossiê: a reforma agrária “pipoca” de Fernando Henrique Cardoso. Revista Reportagem. Ano I, nº3, out 1999.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas,1987.

VEIGA, José Eli. **O Que é Reforma Agrária**-Coleção primeiros passos-Abril Cultural Brasiliense 1984.

_____.**A Face Rural do Desenvolvimento, Natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.

_____.**O Brasil Rural precisa de um a estratégia de desenvolvimento**. Brasília:ConvênioFIPE-IIICA (MDA/CNDRS/NEAD) 2001.

ZEZÉ, di Camargo. **Meu País**, Indústria Brasileira. Ed.Sony Music.

www.incra.gov.br/reforma99/dossiê.num:17 de setembro/2001

www.dataterra.org.br/documento/russo.num: 30 de setembro/2001

www.severina.hpg.ig.com.br/severina.htm: 17 de outubro de 2001.

www.mre.gov.br/fao.htm: 17 de outubro de 2001.

www.institutodeterras.sp.gov.br: setembro/2001.

www.bnaf.org.br/ns.num: 17 de outubro de 2001.

www.mda.gov.br: 12 de novembro de 2001.

www.nead.gov.br: 12 de novembro de 2001.

www.hatlaw.com/braziltopical/ag/dcbrag/dcbrag/dcbrag 24htm:26 de junho de 2004.

www.incra.gov.br/histórico :26 de junho de 2003.

www.cnbb.org.br/documentos.num: 26 de junho de 2003.

www.nead.org.br/artigodomes/mprme. . 19 de setembro de 2004.

www.itesp.sp.gov.br/legislação/leis/dec44944.htm. 14 de setembro de 2004.

www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra/cnbb_terra.htm. 27 de setembro de 2004.

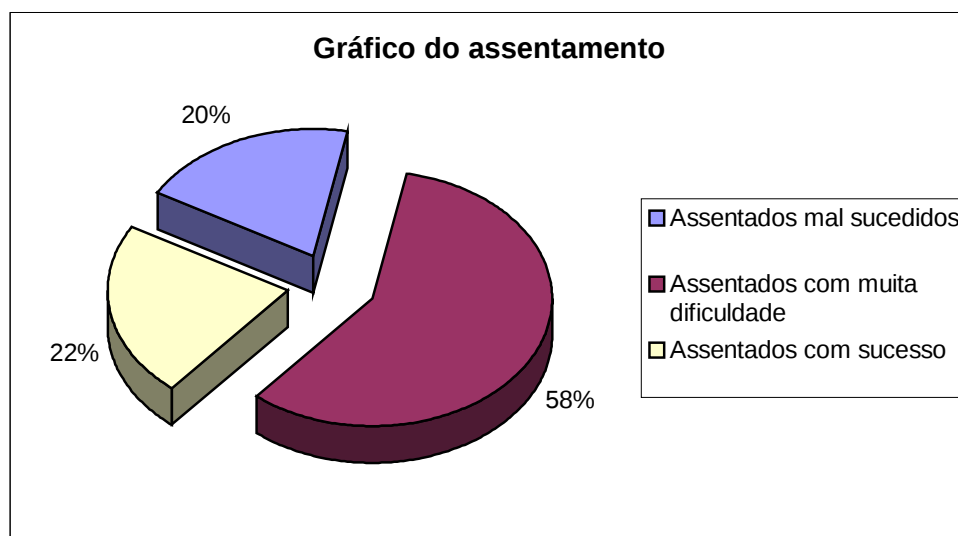
www.veja.abril.com.br. 29 de setembro de 2004.

ANEXOS

Anexo I

GRÁFICO

Quantidade de família que deram certo, que estão mais ou menos e as que não deram certo, dados do ITESP



Galeria de Fotos









